



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXIII - Nº 150 - QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Moraes - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

## LIDERANÇAS

<b>Maioria</b> <b>(PMDB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b>  ..... <b>Líder do PMDB - 21</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Expedito Júnior  <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares  <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>  <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 24</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu <sup>(1)</sup> Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 12</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líder do DEM Kátia Abreu <sup>(1)</sup> Jayme Campos Antonio Carlos Júnior <sup>(2,3)</sup> Maria do Carmo Alves <sup>(4)</sup>  <b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>PTB - 8</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
<b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b> Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE	
<b>Agaciél da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 178ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2008

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Considerações sobre o potencial turístico do Estado de Alagoas e sobre a Lei Geral do Turismo..... 38285

#### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 362, de 2007, 193, 194, 195, 203, 204 e 205, de 2008, aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..... 38287

#### 1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *MARCO MACIEL* – Considerações sobre a crise financeira mundial, iniciada nos Estados Unidos da América. Fatores que levaram a crise de instituições financeiras brasileiras no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que levaram a implantação do Proer. Encaminhamento de pesar pelo falecimento da ex-Ministra da Educação e Cultura Esther de Figueiredo Ferraz.. 38287

#### 1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.141, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da ex-Ministra da Educação e Cultura e membro da Academia Paulista de Letras Esther de Figueiredo Ferraz..... 38292

#### 1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Apresentação de denúncias contra o Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais do Estado do Piauí. Preocupação com a crise envolvendo uma empresa brasileira e o Equador, e com o possível calote daquele País com o BNDES..... 38292

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Reflexão sobre a função do parlamentar e sua participação nas eleições municipais..... 38296

SENADOR *ADELMIR SANTANA* – Perplexidade com a elevada carga tributária no País..... 38300

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Preocupação com a prostituição infantil em Brasília..... 38303

#### 1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 183, de 2008 (nº 732/2008, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *RUY DE LIMA CASAES E SILVA*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos..... 38307

#### 1.2.7 – Leitura de projeto de lei do Congresso Nacional

Nº 50, de 2008 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 29.171.991,00 (vinte e nove milhões, cento e setenta e um mil e novecentos e noventa e um reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente (Mensagem nº 136, de 2008-CN – nº 701/2008, na origem). *Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.*..... 38312

#### 1.2.8 – Pareceres

Nº 1.008, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 190, de 2008, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. .... 38317

Nº 1.009, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 191, de 2008, ao Ministro da Integração Nacional, solicitando informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. .... 38319

Nº 1.010, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 784, de 2008, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre os orçamentos e a divulgação das linhas de crédito de bancos públicos para microempresas e empresas de pequeno porte..... 38320

Nº 1.011, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 790, de 2008..... 38321

Nº 1.012, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 795, de 2008..... 38321

Nº 1.013, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 802, de 2008, que solicita informações ao Senhor Presidente do Banco Central, acerca das medidas para a redução dos valores das tarifas bancárias praticadas pelo conjunto das instituições bancárias..... 38323

Nº 1.014, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 905, de 2008, do Senador César Borges, que solicita ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações sobre o Plano de Desenvolvimento e do Agronegócio na Região Cacaueira..... 38323

Nº 1.015, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 908, de 2008..... 38324

Nº 1.016, de 2008, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 936, de 2008, que solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre a cobrança de valores devidos ao INSS..... 38325

#### **1.2.9 – Comunicações da Presidência**

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 9 do corrente, dos Requerimentos nºs 190, 191, 784, 790, 795, 802, 905, 908 e 936, de 2008, nos termos de seus relatórios. .... 38326

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 9 do corrente, dos Requerimentos nºs 711, 896, 915, 916, 1.054 e 1.062, de 2008..... 38326

1.3 – ENCERRAMENTO

## **2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 1.980 a 1.982, de 2008. .... 38327

### **SENADO FEDERAL**

#### **3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA**

#### **4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

#### **5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

#### **6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

#### **7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

#### **8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

#### **9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

#### **10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

### **CONGRESSO NACIONAL**

#### **11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

#### **12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

#### **13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

# Ata da 178ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de setembro de 2008

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Marco Maciel, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Adelmir Santana*

*(Inicia-Se a Sessão às 14 horas e 31 minutos e encerra-se às 17 horas e 1 minuto)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador e ex-Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. S. Ex<sup>a</sup> disporá de vinte minutos para sua manifestação, podendo ser prorrogada se necessário for.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o turismo tem-se destacado como um dos setores socioeconômicos que mais cresce no planeta. Segundo a Organização Mundial do Turismo, de 6% a 8% do total de empregos dependem do turismo.

No ano passado, 898 milhões de turistas percorreram o planeta – a metade, de avião.

O último estudo do Fórum Econômico Mundial coloca o Brasil em 59º lugar entre os destinos turísticos mais procurados no mundo. Além de características, como amabilidade e hospitalidade por parte do povo, temos oito mil quilômetros de algumas das mais lindas praias do planeta, sedutor clima dos trópicos, regiões serranas do mais puro charme, entre outros exemplos.

De norte a sul, há sempre um atrativo para o viajante. Temos potencial de sobra para nos tornarmos o destino mais procurado do mundo e um desafio enorme e árduo, mas perfeitamente transponível, pela frente.

Alagoas, Sr. Presidente, se prepara para vivenciar um dos melhores momentos do setor. Nosso Estado vai passar a integrar um conjunto de destinos que servirá de referência de qualidade mundial. Estão sendo iniciados vinte novos projetos para o crescimento do turismo em Alagoas. Além disso, está sendo feito o zoneamento de todo o litoral alagoano. Essa medida irá permitir que os investidores tenham maior segurança.

Da ordem de R\$420 milhões, um novo empreendimento turístico, hoteleiro e residencial, o complexo Pontal de Camaragibe, abrirá definitivamente as portas do Estado para o turismo nacional e, principalmente, estrangeiro.

Com uma infra-estrutura de alto nível, o complexo Pontal de Camaragibe será composto por três *resorts*, sendo dois de bandeira tailandesa e um de rede nacional.

Outro lançamento, em Alagoas, do Grupo Salinas, localizado na praia de Ipioca, foi inaugurado no dia 19 de setembro. Barra de São Miguel, Sr. Presidente e Srs. Senadores, também terá um novo *resort* a partir de dezembro deste ano.

Viabilizamos, ainda, recursos para a duplicação da rodovia de Maceió à Barra de São Miguel, e de Maceió à Barra de Santo Antônio.

Será construída a AL-105, de Cachoeira do Meirim a São Luís do Quitunde, exatamente na ponte da Flamenguinha. Vamos ter também a duplicação da BR-104, do aeroporto até a cidade de Messias, onde encontrará a duplicação da BR-101.

Também é importante colocar que a rodovia do aeroporto até Cachoeira do Meirim já está construída. Estamos aguardando a liberação da obra da ponte da Barra de Santo Antônio, no litoral norte de nosso Estado, que permitirá – eu já disse aqui algumas vezes e queria repetir – o acesso a 17 quilômetros de praias praticamente virgens.

Além disso, Sr. Presidente Marco Maciel, será construída a Rodovia da Costa Doce, no rio São Francisco, ainda a ser licitada – mas o projeto já foi concluído –, e que irá de Penedo a Porto Real do Colégio. O trecho de Colégio a São Brás já está asfaltado. Falta fazer o trecho de São Braz a Piranhas, passando por Traipu, Belo Monte e Pão de Açúcar.

De olho na demanda, que ficará mais aquecida com os novos empreendimentos hoteleiros previstos no litoral norte e sul, nosso Estado ganhará um novo aeroporto, em Maragogi, e o de Penedo será reformado e ampliado.

Vamos ajudar, aqui de Brasília, esse e outros projetos com recursos federais, assim como fizemos na reforma do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió. Esse moderno aeroporto foi inaugurado pelo Presidente Lula, há dois anos, no dia 16 de setembro de 2006.

Para incrementar o turismo, é preciso promover também o fortalecimento dos transportes aéreo e rodoviário, além de qualificar a mão-de-obra e criar condições para a atração de investimentos.

Temos ainda, Presidente Marco Maciel, de criar medidas de incentivo para que o brasileiro viaje mais, em função da concorrência enfrentada em relação ao turismo internacional.

Com o dólar ainda em baixa, as pessoas preferem, por enquanto, viajar para o exterior, aproveitando até mesmo as condições de financiamento oferecidas para a compra de passagens internacionais.

Precisamos de medidas de incentivo ao turismo doméstico, além do programa Viaje Mais Melhor Idade, lançado pelo Governo Federal, e do novo Prodetur Brasil, que deve levar em consideração as diferentes condições de cada Estado na infra-estrutura e gestão.

Nesse sentido, Srs. Senadores, a Lei Geral do Turismo, sancionada pelo Presidente Lula há poucos dias, é o marco regulatório que faltava ao turismo. Num momento em que nos preparamos para receber milhões de torcedores para a Copa de 2014 e, possivelmente – estamos pedindo a Deus que isto aconteça –, nas Olimpíadas de 2016, para tudo isso também a nova lei é fundamental. Ela garantirá segurança jurídica aos investimentos privados que serão feitos no Brasil para a realização desses acontecimentos.

Eventos desse porte são de fundamental importância não apenas para o turismo, mas para a economia, para o esporte e para a própria sociedade brasileira. É uma oportunidade rara que teremos para projetar uma imagem melhor do nosso País no cenário internacional.

A Lei do Turismo prevê suporte financeiro para as empresas por meio de linhas de crédito concedidas pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais e pelo Fundo Geral de Turismo.

Ela define ainda que todos os meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas e empresas que oferecem serviços de organização de eventos devem estar cadastrados no Ministério, tendo para isso que apresentar documentação provando estar de acordo com os requisitos de cada área.

O objetivo, Presidente, é unificar a legislação do turismo no País. Atualmente, Estados e Municípios têm regras próprias – e algumas vezes conflitantes – sobre o funcionamento dos serviços turísticos.

Entre os objetivos da Lei Geral do Turismo estão o aumento dos fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País e o estímulo à prática do turismo sustentável, em especial do ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e turismo de pesca.

O mais importante é que a lei seja de fato um marco regulatório uma vez que o setor não conta com um referencial.

Isso diz respeito, principalmente, ao setor executivo, que passa a contar com um instrumento normativo que define, com clareza, o seu papel de forma mais efetiva.

Temos na Câmara dos Deputados também um projeto elaborado em parceria entre a Deputada Lídice da Mata e o Deputado Otávio Leite que trata do turismo como produto de exportação e que não está incluído no texto da Lei Geral do Turismo.

É fundamental, Presidente Marco Maciel, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, avançar o debate no Senado e na Câmara sobre as grandes linhas reguladoras da atividade turística no nosso País.

O Brasil não pode desperdiçar essa importante e poderosa alavanca para o desenvolvimento econômico e social, que é a indústria do turismo. É ela que vai promover a imagem do nosso povo, do nosso Estado, do nosso País e gerar mais emprego e renda, principalmente no Nordeste, essa região abençoada por Deus e privilegiada pela própria natureza.

Era por hoje, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)  
– Sr. Presidente Renan Calheiros, gostaria de cumprimentá-lo pelas palavras que acaba de proferir sobre a importância do turismo, e, de modo especial, sobre as observações que oportunamente fez com relação ao turismo No Nordeste, nossa região. V. Ex<sup>a</sup> lembrou algumas providências que estão sendo tomadas na busca de melhorar o desempenho da região no tocante ao turismo. Fez menção especificamente à praia de Maragogi, limítrofe com o Estado de Pernambuco. Compartilhamos, assim, de um litoral muito apreciado por turistas não somente nacionais, mas também estrangeiros.

Acredito que, com as providências que V. Ex<sup>a</sup> reclama e, junto ao Governo, tem obtido uma série de conquistas, produzirão um efeito positivo na economia nordestina, que tem excelente vocação para o turismo, como salientou V. Ex<sup>a</sup>.

Estou certo de que as cobranças feitas por V. Ex<sup>a</sup> junto ao Executivo serão atendidas, contribuindo, assim, para que o Brasil possa ocupar o espaço a que está vocacionado para o nosso continuado projeto de desenvolvimento sustentado não apenas em variáveis econômicas, mas também na diversidade, na biodiversidade brasileira, uma das maiores do mundo, senão a mais expressiva do Planeta.

Cumprimentos, portanto, a V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)  
– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2007** (nº 211/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2008** (nº 528/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2008** (nº 535/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM b Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2008** (nº 554/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008** (nº 485/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008** (nº 486/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná;* e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2008** (nº 512/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. DEM – PE)  
– Passo agora a Presidência dos trabalhos ao Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

*O Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. DEM – PI)  
– Com a palavra o nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes, Sr. Senador Renan Calheiros, que acaba de fazer uma manifestação sobre a questão do turismo e seu desenvolvimento no País, chamando atenção especial para a problemática regional nordestina.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a atual crise que se iniciou na bolsa de valores de Nova York, com repercussões mundiais, cujos enfrentamentos estão sendo adotados pelo governo dos Estados Unidos, confirma o quanto estava certo o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o Proer, efetuado no Brasil de 1995 a 2000, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na realidade, o Brasil, nisso, só despendeu cerca de 2,5% do nosso Produto Interno Bruto, quando os Estados Unidos já gastavam em torno de 5,3% no início da crise, que lá, ainda não contida, agora se expande, provocando receios não somente na Europa e na Ásia, mas também, no espaço da América Meridional, envolvendo a América Central, o Caribe e a América do Sul.

Se analisarmos a questão, vamos verificar que o quadro dos países da América do Sul era ainda pior do que o do Brasil: 19,6% de prejuízos do PIB no Chile e 13% na Argentina.

Aí caberia fazer, Sr. Presidente, algumas observações sobre o Proer, posto que essa providência foi essencial para que julgássemos, contivéssemos uma crise de grande extensão.

Diz-se que recordar é viver. Então, vou recordar um tempo passado, mas que não está muito distante dos de hoje. O Proer, como já tive oportunidade de afirmar, foi um Programa criado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Participei de algumas reuniões, em momentos extremamente complexos da vida nacional, não somente

com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também com sua equipe econômica, tendo à frente o Ministro Pedro Malan, e com dirigentes do Banco Central e outros Ministros.

O Proer então instituído era um programa de estímulo à reestruturação e fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e foi instituído em 3 de novembro de 1995, pela Resolução nº 2.208, do Conselho Monetário Nacional, e pela Medida Provisória nº 1.179, posteriormente convertida na Lei nº 9.710, de 1998. Em 1995, estávamos celebrando o primeiro ano do Plano Real. A nova moeda entrou em vigor no dia 1 de julho de 1994. Em 1995, já nos deparávamos com a crise externa que teve reverberações em nosso País.

É bom lembrar, nobre Senador Heráclito Fortes, que viveu essa realidade com tantos outros membros do Senado Federal, no instante da implantação do Plano Real, durante o octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não tivemos crises externas em apenas dois anos: 1996 e 2000. Isso exigiu do Governo de então muito discernimento no arbitramento dessas crises, “engenho e arte”, para usar a expressão de Camões, algo que não faltava ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. O fato é que conseguimos, em que pese as vicissitudes que atravessamos nos oito anos de Governo, ao final, deixar implantado um programa de estabilidade econômica, hoje, seguramente, o mais bem-sucedido que o País já conheceu. Graças a ele, se estabeleceu uma vertebração que permitiu ao Brasil voltar a ter um crescimento sustentado, livre da inflação, aumentando a sua interlocução no exterior, tornando viável enlases com a União Européia, como o Tratado de Madri, de 1995, e, assim, dar ao País uma nova configuração no cenário internacional.

Volto a 1995. O contexto econômico que o Brasil vivia naquele momento explica os fatores que levaram à crise das instituições financeiras e a necessidade de um plano daquela natureza. O Plano Real, que havia sido implantado em 1994, abalou um bom número de bancos que tinham, na inflação elevada, a base estrutural do seu padrão de rentabilidade. A deterioração do poder de compra dos depósitos, mesmo os remunerados, era uma das principais janelas por onde os bancos, naquele momento, obtinham os seus lucros.

A chamada “receita inflacionária”, ou seja, a parte dos lucros dos bancos decorrente da inflação chegou a ser, no início dos anos 90, de 4% do PIB e respondia por 40% da receita de intermediação financeira. Em 1994, com o advento do Plano Real, esses percentuais já haviam caído para 2% do PIB e 20% da receita, respectivamente. Em 1995, os valores já eram, então, desprezíveis.

O crescimento dos depósitos bancários, que, naturalmente, aconteceria com o fim da hiperinflação, não teve o resultado planejado, embora os depósitos a vista tenham crescido 165% nos primeiros seis meses do Plano Real. Todavia, o surto de crescimento foi interrompido pela crise mexicana de 1995 e a conseqüente alta nas taxas de juros praticadas no Brasil no segundo trimestre daquele ano. É bom recordar que, na crise mexicana, o Presidente Clinton teve de socorrer o Banco Central mexicano numa madrugada com US\$ 50 bilhões para que as instituições bancárias pudessem funcionar adequadamente no México.

A pronta ação do Presidente Clinton permitiu fazer com que o México superasse a crise e, resgatasse, posteriormente, os seus compromissos com o Tesouro americano.

É lógico que a crise no sistema financeiro brasileiro era, portanto, forte. As ferramentas de que o Banco Central dispunha tradicionalmente não seriam suficientes nem adequadas para lidar com a quebra generalizada que se antevia. Havia o risco real de comprometimento de todo o sistema de pagamentos de nossa economia. Fazia-se necessária uma iniciativa radical de reestruturação de todo o sistema financeiro. Essa iniciativa, volto a frisar, Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, foi o Proer.

Logo de início, o nosso Banco Central estabeleceu os dois princípios gerais do programa: salvar o sistema de pagamentos e punir as más políticas bancárias. Em outras palavras, de um lado, preservar a saúde do sistema, ou seja, a higidez do sistema e, principalmente, os bens dos depositantes, e, de outro, estabelecer penalidades para os banqueiros cuja irresponsabilidade havia provocado a desestabilização de suas instituições e, conseqüentemente, de todo o sistema.

Sem querer me alongar em números, gostaria de trazer à memória que, no total, oito fusões ou aquisições foram realizadas no âmbito do Proer. Quatro delas obedeceram ao modelo reservado aos grandes bancos.

O banco adquirente selecionava os ativos do banco problemático que lhe interessava preservar, mas assumia também todos os depósitos. Os ativos remanescentes, que se convencionou chamar de “podres”, eram incorporados pelo BC e formavam o “banco ruim”, que era, então, liquidado extrajudicialmente.

O modelo reservado aos bancos médios e pequenos, por sua vez, era mais simples. Não havia divisão entre banco “bom” e banco “ruim”. O banco problemático era simplesmente vendido, e o Proer fornecia um “colchão de liquidez” para garantir determinadas operações que passariam a ser feitas pelo banco adqui-



rente, como saques de depositantes e alavancagem de novas operações para amenizar os prejuízos e os ativos ruins do banco problemático.

A última operação de financiamento do Proer foi concluída em meados de 1997. A implementação do programa custou, no total, R\$20,4 bilhões, valores da época, cerca de 2,7% do PIB médio do triênio 1995/1997. Os valores atualizados são, evidentemente, maiores, mas a indicação do percentual do PIB dá uma boa noção de que o programa teve custos relativamente baixos.

A título de comparação, planos semelhantes em outros países foram bem mais caros. Exemplifico. No Chile, em 1985, foram 19,6% do PIB; na Argentina, 1982, 13%; nos Estados Unidos, 1991, 5,3%.

Ainda não temos condições de avaliar os valores referentes ao plano proposto atualmente nos Estados Unidos, mas já podemos antecipar que não será nada barato. Pelo contrário, as expectativas são de que o volume de recursos e o comprometimento do PIB americano serão extremamente elevados.

Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup> é especialista no assunto, foi Governador de Minas Gerais e conhece bem a economia brasileira, devemos frisar que o Banco Central vem resgatando consistentemente parte dos valores que investiu no Proer. Vários dos chamados “títulos podres”, em poder dos bancos adquirentes, que foram desviados ao Proer, revelaram-se, com o passar do tempo, ativos de qualidade. Não se tratou, portanto, de “doação” para instituições quebradas. Foi, antes, um empréstimo que vem sendo resgatado com regularidade conforme demonstram os balanços patrimoniais do Banco Central.

Sr. Presidente, as diferenças entre o Proer e o plano que se aventa atualmente para o sistema financeiro norte-americano não fica apenas na questão dos custos. Esse é um dos quesitos, mas não é o único.

O nosso Proer foi uma resposta rápida, mesmo porque a crise exigia uma ação rápida para tranquilizar os mercados e evitar uma reverberação da nossa crise além-fronteiras. De mais a mais, tínhamos muito interesse em manter o adequado travejamento do Plano Real, que, ao final, demonstra ser o mais bem tecido e o mais sólido plano de estabilização fiscal que o Brasil conheceu. E, aí, eu aplicaria não somente ao período republicano, mas também ao período do Império. É lógico que, no Império, a nossa economia era muito menor. Não me refiro ao início da República, quando tivemos grandes dificuldades, mas também nossa economia era bem menor. Refiro-me, de modo geral, ao Brasil de hoje, ao Brasil de nossos dias.

Então, repetindo, o nosso Proer foi uma resposta rápida, bem estruturada, barata, eficiente e bem su-

cedida a uma situação que resultou de um contexto econômico bastante pontual, qual seja a estabilização econômica e o fim da hiperinflação proporcionados pelo Plano Real.

Banqueiros que não se comportaram adequadamente foram punidos com a perda de suas instituições, e os bens dos depositantes foram preservados em sua integridade. Os valores investidos pelo programa estão sendo paulatinamente reincorporados pelo Banco Central. Os efeitos benéficos da atuação enérgica – e eu diria também cirúrgica – do BC, naquele momento, se verificam até hoje com a estabilidade econômica e a solidez de nossas instituições financeiras diante da presente crise internacional.

Abro um parêntese, nobres Senadores Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes, para salientar o fato que não pode ficar sem o registro. A crise foi debelada rapidamente, talvez num tempo menor do que com a qual se defrontam os Estados Unidos neste momento. Isso mostra mais uma vez não somente a forma competente como agiu o Governo Fernando Henrique Cardoso, mas mostra também como se teve uma antevisão do que deveria ser feito e deveria também igualmente ser executado, o que nos permitiu, portanto, avançar de forma significativa.

Sr. Presidente, o economista Mailson da Nóbrega, com sua experiência de Ministro da Fazenda e no mercado de capitais, resumiu muito bem ao dizer: “O que salvou o Real foi o Proer. Se o Governo não tivesse tomado essa iniciativa, corria o risco de enfrentar uma crise gigantesca do sistema financeiro”.

Lembre-se de não haver sido usado dinheiro do Orçamento Federal, prova da seriedade com que se administrou a crise sem transigir naquilo que era essencial à estabilidade fiscal do País. Os recursos vieram da própria reserva bancária, formada pelos depósitos compulsórios que os próprios bancos são obrigados a retirar de todos os depósitos efetuados à vista e entregues, como garantia, ao Banco Central.

Isso fez parte do amplo programa, incluindo a federalização para posterior privatização de bancos estaduais. Tivemos, portanto, um período que ensejou a venda de bancos estaduais, muitos dos quais debilitados e enfraquecidos por políticas equivocadas. Devo salientar que se fez o refinanciamento das dívidas dos Estados e a emissão de títulos da dívida pública com cláusula de reajuste cambial.

Assim se estabeleceram as bases do desenvolvimento que muito beneficiaram não somente o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas também o de seu sucessor. Nunca é demais insistir que o País voltou a crescer após o término da administração Fernando Henrique Cardoso. Isso se deveu, básica-

mente, aos bons fundamentos da economia, que proporcionaram, conseqüentemente, um período continuado de desenvolvimento do País.

Já naquele tempo – volto a fazer um exercício de lembrar o passado – o Banco Central passou a reformular com eficiência a fiscalização do sistema bancário para melhor acompanhamento da situação patrimonial dos bancos.

Foi o Proer que devolveu melhor concretizadas as atribuições legais do Conselho Monetário Nacional: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinamento dos instrumentos de política monetária e cambial.

Sem o Proer, acreditem V. Ex<sup>as</sup>, até o Banco Central teria sido atingido. Lembrem-se de que, em 1986, foram extintos os suprimentos automáticos de moeda do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, passando as emissões a serem efetuadas pelo Banco Central, recebendo os recolhimentos compulsórios, redescontando os empréstimos concedidos pelos bancos, compensando a circulação monetária, comprando e vendendo títulos da dívida pública, controlando os fluxos de capitais estrangeiros, autorizando e normatizando também, fiscalizando e intervindo, quando necessário, nas instituições financeiras.

Se o Banco Central não estivesse devidamente pronto para agir nas vicissitudes que enfrentamos, teríamos devolvido o Brasil aos períodos de inflações de mais de dois dígitos. É bom não esquecer que tivemos, na década de 1980, períodos de inflação de 87%, 85% ao mês.

Então, Sr. Presidente, a pronta ação do Proer ajudou o Conselho Monetário Nacional no controle de normas vindas de 1986 e consolidadas pela Constituição de 1988.

A crise de 1995 era a primeira após essas providências. O Brasil enfrentou-a e venceu-a graças ao descortínio e prudente coragem do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de toda a sua equipe – não podemos esquecer os ministros da área econômica, entre eles o Ministro Pedro Malan, que permaneceu durante os oito anos de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, à frente do Ministério da Fazenda. O resultado hoje se apresenta muito positivamente, demonstrando quanto estava certo ao se criar o Proer, que evitou novas e maiores crises, assim possibilitando novos ciclos de desenvolvimento, graças à existência de um sistema bancário hígido, saudável e assim desfrutando de grande conceito.

Hoje, diante dessa nova crise mundial, que espero não tenha maiores reverberações nos Estados

Unidos e no mundo, cabe ao Governo atual manter e atualizar aquelas providências, para que não venhamos a ser atingidos. Acredito que isso muito dependerá da capacidade de reagirmos adequadamente a desdobramentos que venham a ocorrer nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e em nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro alusivo ao falecimento ocorrido em São Paulo da ex-Ministra Esther de Figueiredo Ferraz.

A Ministra Esther de Figueiredo Ferraz ocupou a Pasta da Educação e Cultura durante o Governo do Presidente João Baptista Figueiredo; era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de São Paulo. Foi a primeira mulher a lecionar na Faculdade de Direito da USP, a primeira mulher a ser reitora de universidade brasileira e a primeira mulher a ocupar o Ministério da Educação e Cultura.

Com simplicidade, a Ministra explicou esse seu pioneirismo: “alguém tinha de ser a primeira, e aconteceu de ser eu”. De fato ela foi a primeira mulher a gerir os destinos da educação brasileira no plano nacional.

Tive a graça de sucedê-la em 1985, ao empossar-se o Governo Tancredo Neves/José Sarney, sob a Presidência de José Sarney. À época o Ministério foi transformado de Educação e Cultura para Educação e Esportes. Mantive um bom convívio com ela que realizara excelente trabalho à frente do Ministério da Educação.

Era irmã de José Carlos de Figueiredo Ferraz, excelente técnico, engenheiro, ex-Prefeito de São Paulo.

Esther de Figueiredo Ferraz integrou o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, foi Diretora de Ensino Superior do MEC e Secretária de Educação de São Paulo.

Tais razões, Sr. Presidente, nos levam a prestar esta homenagem de profundo pesar pelo falecimento da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, ontem ocorrido. Em função disso, Sr. Presidente, requeiro as seguintes homenagens: inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, ao Ministério da Educação, ao Governo de São Paulo e à Academia Paulista de Letras, pelo falecimento da ex-Ministra da Educação e Cultura e membro da Academia Paulista de Letras Esther de Figueiredo Ferraz.

Sr. Presidente, eram essas considerações que desejava fazer no dia de hoje, agradecendo o tempo que V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE) – Pois não, nobre Senador Heráclito Fortes. Concedo, com prazer, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que certamente conheceu muito bem a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz e com ela conviveu aqui em Brasília.

**O Sr. Heráclito Fortes** (DEM – PI) – Quero associar-me às manifestações de V. Ex<sup>a</sup> – o Brasil perde uma das grandes expressões na área da educação e da cultura deste País – e quero me dispor a ser signatário do documento proposto por V. Ex<sup>a</sup>, fazendo minhas as suas palavras tão bem proferidas. Por outro lado, Senador Marco Maciel, quero aproveitar este aparte para parabenizá-lo pelo oportuno e equilibrado discurso que V. Ex<sup>a</sup> faz sobre o Proer. Acho, Senador Marco Maciel, que o tempo faz justiça a algo de moderno, de avançado; um dispositivo que salvaguardava, acima de tudo, o equilíbrio da economia nacional, que foi idealizado no Governo Fernando Henrique pela sua equipe econômica. Todos nós nos lembramos, Senador Azeredo, das dificuldades enfrentadas, na época do Proer, pelas críticas que partiam principalmente de quem fazia oposição naquela época pela sua criação. As pessoas não se apercebiam que aquilo era um instrumento de preservação de um sistema fundamental para a economia brasileira, que era o sistema bancário. Senador Marco Maciel, esse sistema, de tão bom e tão perfeito, foi imediatamente copiado por alguns países. A crise seguinte à brasileira bateu exatamente no Japão, e o Japão recorreu exatamente ao sistema adotado recentemente no Brasil. Eu me lembro que estive naquele país, em uma delegação chefiada pelo então Presidente da Câmara Luiz Eduardo Magalhães, e a grande curiosidade de todos era sobre o Proer: como funcionava, se funcionava; e o Governo Japonês, em uma crise, uma verdadeira quebradeira de bancos, adotou esse sistema. Não vamos falar dos outros países que o adotaram, mas vamos só lembrar essa crise americana. Mais uma vez, o sistema é usado como socorro, e o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em determinado momento, vangloriou-se de o Brasil ter dispositivos como o Proer. Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que acompanhei bem de perto a elaboração, a discussão e as críticas. E, se eu já tinha uma admiração muito grande pelo Presidente Fernando Henrique, ela cresceu exatamente pelo seu comportamento com relação ao uso dos instrumentos do Proer para a manutenção do equilíbrio da economia brasileira. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que inclusive problemas de ordem pessoal S. Ex<sup>a</sup> enfrentou e, de maneira soberana, agindo como estadista, teve que conviver com o encerramento das atividades de bancos ligados a familiares muito próximos seus, mas não abriu mão da estrutura, não abriu mão daquilo que a equipe econômica

colocou para a salvaguarda do sistema. Vitorioso na sua concepção, estamos aqui hoje a exaltar talvez um dos maiores instrumentos que a economia brasileira adotou para o seu próprio benefício. E hoje, quando o mundo inteiro respeita, reverencia o Proer, vemos a nação mais rica e poderosa do mundo seguindo seus passos. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE) – Senador Heráclito Fortes, quero agradecer o substancioso aparte de V. Ex<sup>a</sup> nos dois pontos a que me referi no meu discurso, pelo passamento da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz e pelo tema que feriu no início da minha oração relativo ao Proer.

O País viveu um momento de grave crise nos idos de 1995. Ainda tenho presentes as dificuldades que o governo passou para que encontrássemos antídotos adequados ao enfrentamento da crise com custos extremamente reduzidos. Foram noites indormidas mas superamos com êxito e envolvimento de especialistas no assunto.

Certa feita, o Ministro José Serra me falou assim: “Marco, a crise pode chegar grande no Palácio do Planalto, mas em pouco tempo estará reduzida, porque Fernando Henrique tem o talento de reduzir as crises, ou eliminá-las”.

No octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual tive a honra de ser Vice-Presidente, em apenas dois anos não tivemos crises externas graves. Nos demais seis anos, enfrentamos crises externas graves. O Plano Real saiu fortalecido, criando condições para o governo seguinte dar continuidade ao Programa, assegurando um processo de crescimento cada vez maior.

Então, não podemos deixar de, diante de crise, fazermos reflexão sobre o acontecido no passado, mesmo porque, como disse o historiador italiano, Carlo Levi, “o futuro tem um coração antigo”. Para compreender o futuro, é necessário olharmos o passado e tirarmos as lições de crises vividas no período imperial, no início da República, após a Revolução de 1930. E quantos exemplos poderíamos dar. É importante ter presente isso, posto que estamos diante de uma crise que graças a Deus não se aloja no território brasileiro, mas que reverbera certamente na Europa, na Ásia e correndo o risco de ter os seus desdobramentos, na América Meridional, ou seja, na América do Sul, envolvendo, também, a América Central e o Caribe. Daí, por que, é necessário estarmos atentos aos fundamentos da economia, à necessidade de preservá-los, e adotar as medidas que se imponham, ainda que amargas. Sabemos que muitas vezes, a medida amarga traz, no seu bojo, condições para que o País continue no seu rumo de desenvolvimento e progresso.

Era o que tinha a dizer, agradecendo a V.Ex<sup>a</sup>, pelo tempo que me dispensou.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Marco Maciel. O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> será encaminhado à Mesa, com a assinatura também do Senador Heráclito Fortes.

Senador Marco Maciel, o Regimento não permite que o Presidente faça um aparte, mas eu não posso deixar também de me manifestar, porque V. Ex<sup>a</sup> traz realmente a verdade histórica, e é muito importante que isso seja dito, seja lembrado. Foi esse o objetivo que V. Ex<sup>a</sup> colocou: que no presente e no futuro as pessoas saibam o que aconteceu, como foi importante para o Brasil o Proer.

Sendo um pouco mais direto, muitos dos que estão hoje no Governo criticaram acidamente o Proer. Sendo também mais direto, como lembrou muito bem o Senador Heráclito Fortes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi contra o Banco Nacional, do qual sua nora fazia parte como uma das herdeiras de Magalhães Pinto. Veja, portanto, que, apesar de todas as críticas, essa foi uma herança bendita.

Quero também lembrar que V. Ex<sup>a</sup>, como Vice-Presidente da República, teve também uma participação fundamental nesse evento que foi fundamental para a estabilidade econômica brasileira.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.141, DE 2008**

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, na noite de ontem, dia 23 de setembro, na cidade de São Paulo, da ex-Ministra da Educação e Cultura e membro da Academia Paulista de Letras Esther de Figueiredo Ferraz:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências:
  - I – à família;
  - II – ao Ministério da Educação;
  - III – ao Governo de São Paulo;
  - IV – à Academia Paulista de Letras.

#### **Justificação**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e licenciada em Filosofia

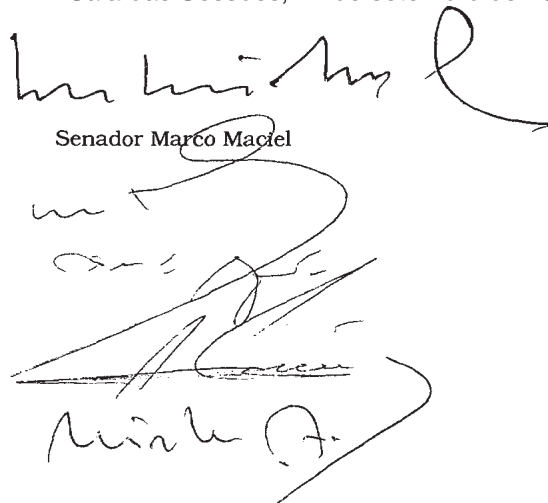
pela Faculdade de Filosofia de São Paulo, Esther de Figueiredo Ferraz foi a primeira mulher a lecionar na Faculdade de Direito da USP, primeira mulher Reitora de Universidade brasileira e primeira mulher a ocupar o Ministério da Educação e Cultura.

Com simplicidade, tanto pioneirismo a Ministra explicava: “Alguém tinha de ser a primeira, e aconteceu de ser eu”.

Irmã de José Carlos de Figueiredo Ferraz, ex-Prefeito de São Paulo, amigo do Presidente João Baptista de Figueiredo, não só por isso, mas por seus méritos como membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Diretora do Ensino Superior do MEC e Secretária da Educação de São Paulo, haja talvez Esther de Figueiredo Ferraz sido escolhida para exercer o cargo de Ministra de Estado da Educação e Cultura.

Tais razões nos levam a propor ao Senado Federal a prestar essa homenagem de profundo pesar pelo desaparecimento da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2008.



Senador Marco Maciel

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Com a palavra o nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos a aproximadamente 12 dias do pleito eleitoral e o que estamos vendo em todo o Brasil é um Partido dos Trabalhadores remoçado, renovado, reestruturado. Mas, infelizmente, essa mudança não é, Senador Eduardo Azeredo, o que nós poderíamos dizer um aspecto positivo.

Aquele partido que percorria os Municípios brasileiros com um discurso de forte conteúdo ideológico,



um conteúdo programático, discursos de salvação da pátria, usando, muitas vezes, ônibus, pequenas viaturas ou as consagradas vans, foi substituído por um partido que percorre o interior de Estados, como o Piauí, um Estado pobre, em caravanas de luxuosos carros asiáticos. Faz um discurso de natureza eminentemente fisiológica, geralmente com suas chapas compostas pelo clientelismo, e, acima de tudo, por aquilo que se quer combater, o nepotismo, a começar da nossa Capital, Sr. Presidente, onde a chapa de Vereadores é composta de esposas, irmãos, primos, num verdadeiro desrespeito inclusive aos atuais Vereadores que disputam a eleição.

O Partido dos Trabalhadores vem realizando a campanha mais cara de toda a história do Piauí. O candidato a Prefeito, a Deputado Federal percorre as ruas de Teresina tal qual uma barata tonta. Aliás, cobra na sua campanha coerência, lealdade, transparência, qualidades que lhe faltam na vida pública.

Imagine, Senador Adelmir, que o Deputado Nazareno tem discursos fantásticos na Câmara dos Deputados, um até protestando contra o Papa. Imaginem os senhores que, quando da substituição do Papa João Paulo II pelo Papa Bento, ele fez um discurso protestando contra a idade do substituto de João Paulo. E fez a alegação de que se, geralmente, um bispo se aposenta ou deixa as atividades diretas ao completar 70 anos, não seria possível que, aos 75 anos, o Sumo Pontífice assumisse uma função daquela importância. Ele teve a coragem de ser contra a escolha do Papa.

Entre nós, mortais, há um discurso que marcou muito o Piauí: o rompimento dele com o Governo Lula na época do mensalão. Rompeu com o Governo Lula, falou mal do Presidente da República e se negou, inclusive, a participar de uma caravana quando o Presidente foi inaugurar, no sul do Estado, uma usina de *biodiesel*. Depois, rompeu com o atual Governador, hoje novamente seu aliado, o Sr. Wellington Dias. Criou um projeto que tramita, embora engavetado, pela Câmara dos Deputados: a renda máxima, confiscando o salário de quem ganhasse acima de R\$7mil ou R\$8 mil – nem me lembro mais, tão ridícula é a proposta.

É um homem inovador. Acha que a virtude é uma exclusividade dele próprio. Mas imaginem os senhores que, dentro desse seu comportamento retilíneo, não pensou duas vezes ao colocar uma emenda parlamentar para a construção de uma ponte em Teresina, sendo que, numa das margens, seriam beneficiadas exclusivamente propriedades de seus familiares.

Defendo já há muito tempo a construção dessa ponte. Aliás, quando construí uma ponte nas imediações, um dos locais estudados foi exatamente esse, mas as pessoas proprietárias exigiam indenizações

altíssimas, e, na época, o tempo que essa demanda duraria fez com que eu optasse por fazer a ponte no local que Teresina toda esperava, que é o local histórico do bairro do Poti Velho. Mas uma segunda ponte que começaria a ser projetada ali teve de ser abandonada exatamente por causa das exigências dos seus proprietários.

O candidato resolveu, agora já na reta final, apelar para campanha de ataques sem nenhum sentido para o que Teresina quer neste momento, que é uma administração correta, como vem sendo feita pelo atual Prefeito, e, acima de tudo, uma administração de resultados.

No interior, Senador Adelmir Santana, é vergonhoso se ver o que está acontecendo. Há Municípios que o PT escolheu para suas vinditas políticas e pessoais. Em Esperantina, o Chefe da Casa Civil do Governador é um desses candidatos, e lá se monta uma verdadeira administração paralela em que as obras cuja execução são de obrigação do Município são feitas pelo Governo estadual, em uma verdadeira administração paralela.

Afora isso, o derrame acintoso que se vê de material de construção, recuperação de casas, é fato que se repete, por exemplo, na cidade de Piri-piri, em que o PT participa com uma candidatura a vice-prefeito. Em Oeiras, cidade de interesse do mais poderoso secretário que o Piauí já teve, que é o Dr. Assis Carvalho, Secretário de Saúde, a situação é gritante.

Joga-se máquina administrativa de maneira despendorada, como se faz na cidade de Campo Maior. Uruçuí é outro exemplo. Eu estou citando aqui alguns exemplos na esperança de que o Ministério Público fique atento a esses fatos.

O Governador sai pelo Estado afora prometendo conclusão de estradas já prometidas desde a sua eleição. Com obras paralisadas, é preciso que se examine a origem desses recursos, se esses recursos estão assegurados ou se é, como da outra vez, apenas promessa eleitoral. Na campanha de 2006, ficou muito conhecida no Estado do Piauí uma patrulha mecanizada para a construção de estradas que saía de Município a Município apenas fazendo o lançamento dessas obras, que depois eram suspensas, e as máquinas transferidas para outros locais.

É preciso que a Administração Pública não seja usada da maneira que está sendo feita no Estado do Piauí. Andando hoje em Brasília, conversando com outros companheiros, chego à conclusão de que esse fato não é exclusividade do meu Estado. Em outros Estados também, o novo PT exerce a mesma prática.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é lamentável que o Partido dos Trabalhadores, que saiu numa



rapidez tão grande de um discurso ideológico para um discurso fisiológico, não tenha sequer o cuidado no exercício de algumas práticas: obras sem licitação, concorrência onde pairam suspeições. É preciso que esses fatos sejam examinados de maneira profunda, porque os aloprados estão voltando.

Os aloprados estão voltando, Sr. Presidente, e no meu Estado – é uma pena – estão dilapidando o nosso patrimônio, fazendo obras eminentemente eleitoreiras e, acima de tudo, promessas que visam única e exclusivamente iludir o sofrido povo do meu Estado. Faço este registro no momento em que estamos colhendo material para que possamos, Sr. Presidente, voltar a esta tribuna para repercutir as denúncias aqui agora feitas.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância, mas deixo esta tribuna na certeza de que as autoridades encarregadas do acompanhamento do pleito de 2010 estarão atentas aos fatos que ocorrem não somente no Piauí, mas, também, em várias partes deste País.

Quero, Sr. Presidente, dizer que é fundamental, é urgente que se reveja, Senador Marco Maciel, a legislação eleitoral para coibir esses abusos praticados de maneira impiedosa para os cofres públicos, principalmente de Estados pobres como o Piauí. Lamento, Sr. Presidente, ter que trazer a esta tribuna este fato, mas é o meu dever.

Em segundo lugar, Senador Cristovam Buarque, quero registrar aqui a minha preocupação com o que vem ocorrendo no Equador. Acho que a iniciativa privada tem meios próprios para a sua defesa.

O que me preocupa neste momento são os brasileiros que lá estão, pois os noticiários nos trazem a informação de que eles estão, inclusive, proibidos de deixar aquele país.

Outra preocupação é o anúncio, por parte do Presidente do Equador, de um calote ao BNDES, que é o financiador daquela obra. É preciso que se veja a modalidade do contrato feito, as garantias dadas, porque não pode, de maneira nenhuma, um banco brasileiro, cujo patrimônio pertence ao povo do País, ter prejuízo em operação dessa natureza. É preciso que haja uma apuração dos fatos, mas que, em nenhum momento, esse calote, caso o governo do Equador insista em praticá-lo, traga prejuízos ao Governo brasileiro.

Senador Cristovam, V. Ex<sup>a</sup>, assim como o Senador Marco Maciel, é membro da Comissão de Relações Exteriores, e eu lhes proponho que, logo após o dia 05 de outubro, façamos – na primeira audiência da Comissão – um debate sobre o aprofundamento desses fatos. Esperamos que até lá esses fatos estejam totalmente esclarecidos e nós tenhamos a garantia de que os brasileiros que para lá foram cumprindo deveres

profissionais não tenham cerceados nem o seu direito de ir e vir nem tampouco sofram nenhum tipo de constrangimento, porque exercem, no caso, funções para as quais foram contratados.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex<sup>a</sup> e, em seguida, o Senador Marco Maciel.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Senador Heráclito Fortes, fico satisfeito ao ver o Presidente da Comissão de Educação atento ao que acontece no exterior e que diz respeito diretamente ao Brasil. V. Ex<sup>a</sup> tem todo o meu apoio para que façamos esse debate logo que voltemos aos trabalhos normais. O Equador é um país soberano e pode fazer o que quiser, mas nós temos que defender os nossos interesses. Além disso, acho que está cometendo um equívoco muito grande: a História provou, nos últimos anos, que quem mais perde quando há calote é quem dá o calote, pela perda da credibilidade no mercado financeiro, pela desorganização que isso provoca na economia interna e nas relações externas. Eu creio que é um erro do governo. São soberanos, mas nós temos que defender nossos interesses e saber se houve ou não responsabilidade por omissão dos dirigentes do BNDES. Acho que não deve ter havido e que esse deve ser um gesto extemporâneo do Presidente do Equador. Lembro que faz alguns meses, na Comissão que V. Ex<sup>a</sup> preside, surgiu um pedido para fazermos uma análise do que acontece nos países fronteiriços com o Brasil. O Equador não tem fronteira geográfica com o Brasil – só dois países da América do Sul, Chile e Equador, não têm fronteira geográfica com nosso País, mas têm culturais, têm relações de amizade e de economia. Talvez valesse a pena até incluir os dois. Lembro-me de que a Consultoria do Senado fez esse documento e valeria a pena um dia nos debruçarmos sobre ele, porque todos os países estão com um ou outro tipo de problema na nossa fronteira. Esses problemas podem degenerar – essa é a palavra –, trazendo conseqüências muito graves. Se passar da conta, o que acontece hoje na Bolívia pode trazer conseqüências para o Brasil.

Então, o meu apoio a sua proposta e, como membro da Comissão, conte comigo. Eu gostaria de retomar o debate do que está acontecendo hoje no nosso continente para que estejamos alertas, inclusive para que fatos como esse, se surgirem, não nos tomem de surpresa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE)** – Nobre Senador Heráclito Fortes, perfilho a opinião aqui do Senador e meu conterrâneo Cristovam Buarque. Associo-me, portanto, às palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente me parece

que as medidas adotadas pelo Governo do Equador, pelo que se depreende da leitura dos jornais, não se compatibilizam com o respeito ao chamado Estado Democrático de Direito. O fato vai exigir de todos nós, sobretudo como Casa da Federação, exigir providências do Governo brasileiro junto ao Governo do Equador. Como aqui foi lembrado, não possuímos fronteiras com o Equador, mas temos um relacionamento muito antigo com aquele País. Acho que o fato pode representar um perigoso precedente no tratamento dado aos nossos nacionais no exterior. Não praticamos dessa forma com os nacionais de outros países da América do Sul, da América Meridional que aqui ocorrem. Então espero que, na reunião que V. Ex<sup>a</sup> vai promover, possamos elucidar essa questão e vê-la devidamente solucionada. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, faz bem em trazer essa preocupação. O Brasil realmente tem que analisar com cuidado. Veja que, mais uma vez, a exemplo do que aconteceu na Bolívia, o Exército é chamado para invadir propriedades particulares em obras que estão sendo realizadas. É evidente que algum erro pode ter havido, alguma questão de incapacidade pode ter acontecido, mas não há necessidade de usar a força, uma força de Exército como aconteceu, segundo informações, no Equador. E lembraram bem tanto o Senador Marco Maciel quanto o Senador Cristovam que o Equador está em efervescência, a Bolívia e a Venezuela também. Esses países fazem parte da América do Sul e nós achávamos que essa instabilidade da democracia havia acabado com o fim dos regimes militares que prosperaram durante um bom tempo aqui, mas, lamentavelmente, agora voltam não os regimes militares, mas regimes com características mais populistas e que recorrem aos militares para impor as suas ações. Vamos acompanhar de perto as consequências dessa questão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Senador Marco Maciel, a nossa Carta Magna de 1988 previa – aí o seu lado avançado – a criação de organismos regionais exatamente para o fortalecimento da unidade continental e, acima de tudo, para a preservação do espírito democrático. Nós estamos vivendo, talvez...

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE)** – Inclusive, nobre Senador, é um dispositivo constitucional que se refere especificamente à aproximação com os nossos vizinhos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Exatamente.

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE)** – É bom lembrar também que cabe ao Congresso Nacional... Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos durante a Primeira Grande Guerra Mundial, afirmou, certa feita, que o Congresso tem três atribuições: a primeira, de legislar; a segunda, de fiscalizar; a terceira, de ser a palavra da nação. Ou seja, não podemos ficar calados em função do que a imprensa registrou com relação aos problemas ocorridos em uma empresa brasileira, envolvendo brasileiros no exterior, nomeadamente no caso do Equador.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão. O Brasil está vivendo o mais longo período de convivência democrática que tivemos em toda a história. Quanto aos países vizinhos, vamos ser justos, não podemos ficar pacíficos nem tampouco nos acomodar com essas primeiras ameaças, tentativas de retrocesso. Lamentamos, porque o Presidente do Equador, pelo seu perfil, pela sua história, pela sua biografia, é um cidadão de quem jamais poderíamos esperar atitudes ou gestos de truculência. Ele foi um homem comedido, moderado, uma pessoa equilibrada no episódio recente envolvendo o Equador e a Bolívia, não pode, de maneira nenhuma, num momento como esse, caminhar pelo lado do açodamento e, acima de tudo, usando força contra cidadãos de um país amigo, de um país quase vizinho, digamos assim.

De forma que eu faço aqui este registro, demonstrando a minha preocupação e achando que o Brasil, se não pode entrar numa disputa concorrencial, numa disputa comercial, que é interna, não pode fugir a defender os brasileiros que migram para países próximos na tentativa de ganhar o seu sustento de maneira honrada, para preservar a unidade das suas famílias.

Fica aqui o meu registro e a certeza de que, o mais rápido possível, esse episódio será solucionado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.*

**O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF)** – Senador Heráclito Fortes, quero me congratular pelas colocações que o senhor faz sobre coerência política em relação às candidaturas no seu Estado e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pela colocação que faz sobre as questões internacionais envolvendo os países vizinhos, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, como orador inscrito.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Adelmir Santana, Srs. Senadores, senhoras e senhores que hoje nos acompanham, quero trazer aqui algumas reflexões sobre a questão da vida política, da vida parlamentar.

Nós somos eleitos pela população e a função que exercemos exige permanente contato com o eleitorado para avaliações, para ouvirmos o que acontece. Portanto, não é razoável que alguns órgãos de imprensa, às vezes, exijam que os Senadores e Deputados estejam sentados aqui em Brasília, como se irmos às nossas regiões, aos nossos Estados, não fizesse parte do nosso trabalho parlamentar.

Nós temos, evidentemente, as comissões funcionando aqui em Brasília, as reuniões de plenário, que acontecem normalmente. Faz parte da nossa função estarmos nos Estados que representamos. Assim é que, nesses últimos dias, eu mesmo pude estar em várias regiões do Estado de Minas Gerais, um Estado que chega próximo já aos 20 milhões de habitantes, em 853 cidades.

E como é rica essa missão de revisitarmos várias regiões do Estado!

Ainda ontem, Presidente, eu estava na região do Jequitinhonha, em Minas Gerais, uma das regiões mais carentes do nosso Estado. Mas eu vi com muita satisfação como as coisas vão mudando, vão evoluindo. O Governador Aécio Neves tem um programa em Minas chamado ProAcesso, destinado a terminar a ligação por asfalto para todos esses 853 Municípios. Quando ele assumiu, em 2003, faltavam ainda cerca de 230 Municípios para serem ligados. Esse Projeto pretende que todos os oitocentos Municípios mineiros estejam ligados.

Ao mesmo tempo, eu vi a questão da ligação por Internet, a ligação por celular. O celular já está em todos os 853 Municípios mineiros, fruto também de um projeto muito importante de integração, um projeto que fez uma experiência de parceria público-privada, já que o governo entrou com uma parte do dinheiro e as empresas operadoras de telefonia, com outra parte. Minas Gerais tinha metade dos seus Municípios ligados com a telefonia celular, a outra metade não era, as operadoras diziam que não existia justificativa econômica. Agora, passados dois anos do lançamento do projeto, todos os 853 Municípios têm ligação de celular. Isso evidentemente significa progresso, significa melhores condições de vida, significa melhores condições de emprego, significa melhores condições de atendimento de saúde para pessoas que estão às

vezes em regiões distantes e que, com celular, podem buscar o necessário atendimento.

Lá na própria cidade de Jequitinhonha, eu vi, sob a direção do Prefeito Roberto Botelho, como a cidade avançou. É uma cidade que cresceu, uma cidade que tem esse espírito de cidadania muito vivo. Participamos lá, Sr. Presidente, de um comício e eu ainda pude dizer: “Isto aqui está parecendo comício realmente de cidade de grande porte, e não de uma cidade de 30 mil habitantes”, tamanha era a presença das pessoas, o interesse das pessoas, desmistificando uma outra questão que se coloca sempre de que a população não quer saber de política. Não é assim no Brasil todo não. Pode ser num lugar ou noutro. Por mais que se fale mal de políticos, que se fale mal das administrações públicas, a realidade é outra. A realidade é que o administrador público muito faz pela população, e as exceções é que devem ser combatidas. Infelizmente as exceções são poucas, não são a maioria. Não podemos, de maneira nenhuma, concordar com algumas informações que são colocadas, algumas afirmativas, algumas opiniões de que a administração pública, os políticos, todos estariam olhando o seu interesse próprio e não o interesse da população. Não é isso.

Felizmente, quem faz assim é uma minoria. A grande maioria tem o interesse público à frente. Foi o que eu vi na cidade de Jequitinhonha, com essa presença maciça de pessoas que estavam ali para ouvir os discursos. Não tinha *show*. Hoje não tem mais *show*. Estavam ali para participar de um evento democrático que é a eleição municipal.

O Prefeito Roberto Botelho estava acompanhado por mim e pelo Secretário de Governo de Minas Gerais e ex-Deputado Danilo de Castro. E nessa caminhada pudemos também constatar necessidades. Por exemplo, a cidade de Jequitinhonha não tem uma ponte que cruze o rio Jequitinhonha. Tem ainda uma balsa. Vamos buscar os recursos para que essa obra sonhada há muito tempo seja realizada, ligando importantes Municípios daquela região mineira.

Na cidade vizinha, Joáima, também com outro Roberto, o Roberto Grapiúna, pudemos participar e da mesma forma e ver como as eleições municipais movimentam as cidades, trazem a discussão dos problemas locais.

Ainda na cidade de Jacinto, uma pequena cidade, com o Antônio, e em Pedra Azul com o Prefeito Ricardo, pudemos ver como as questões estão avançando. Como é necessário ter providências importantes para a melhoria da vida da população.

Essa tem sido uma constante nesses últimos dias. Os dias finais de um evento importante como é a democracia e as eleições municipais nos 5.500

Municípios brasileiros. São caminhadas, comícios, discussões, problemas que são trazidos, críticas que são feitas, reconhecimentos de trabalhos bem-feitos que também acontecem.

Ainda na semana passada, estive também na cidade de Três Corações, que é uma cidade muito querida de todos nós. Lá vamos instalar um museu que vai reverenciar Pelé, que nasceu em Três Corações. Lá ficou toda a sua infância. E Pelé realmente hoje tem uma estátua reconhecendo a sua importância. E vamos ter um museu. O Faustinho Ximenez, que é o nosso candidato lá, tem exatamente essa proposta. Os recursos iniciais já estão colocados no Orçamento Federal por mim através de emenda parlamentar, para que possamos concretizar essa homenagem tão importante ao maior atleta não só do Brasil mas um dos maiores atletas do mundo, que é Pelé.

A questão das eleições municipais traz uma realidade multifacetada, multipartidária, traz uma discussão que mostra também que os nossos Partidos precisam se fortalecer. Lamentavelmente, há cidades em que alguns candidatos já trocaram todos de partido. Você procura o correligionário do seu Partido, ele já passou para outro. O seu adversário de outro dia às vezes está no seu Partido. Isso mostra que não é bom para a democracia termos essa volatilidade de partidos. É importante que a cláusula de barreira volte.

Veja, por exemplo, Sr. Presidente, que um dos motivos que a gente tem, eu diria, da desmoralização mesmo no problema eleitoral é a existência de alguns candidatos de partidos que não existem. São partidos que só existem na época das eleições. Aí vem aquela coisa caricata, aqueles nomes que são nomes de gozação, eu diria, nomes de brincadeira, enfim...

E, aí, todo mundo acha: "Ah! Tá vendo? Propaganda eleitoral, é isto aí!" São os candidatos que não representam nada. E vamos caminhando com essa generalização.

Senador Cristovam Buarque, com muito prazer, ouço V.Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Senador Eduardo Azeredo, primeiro, acho muito bom para nós, como corpo dos Senadores, que o senhor vem aqui lembrar que, se hoje o Senado funciona com quórum muito baixo, é porque estamos trabalhando em outros lugares.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)** – Exatamente.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Eu mesmo, que sou do Distrito Federal, como o Senador Adelmir Santana, porque aqui não tem eleição para Prefeito, passei a manhã de hoje em cidades do entorno do Distrito Federal. Às vezes, são quatro, cinco

por dia, que a gente está fazendo nesse processo. Isso faz parte da nossa função de Parlamentar, não é só estar aqui dentro. Então, primeiro, em nome dos outros Senadores, eu lhe agradeço estar lembrando isso a quem está assistindo ao seu discurso. Em segundo, esse ponto importante seu, do que o senhor chamou volatilidade dos partidos, esse caos que a gente vive. Nesses dias, semanas, em que eu faço campanha, Senador Adelmir Santana, até porque tenho feito muitas fora do Distrito Federal, fora dessa região, no Brasil inteiro, eu já defendi candidatos a Prefeito – nem sei se devo dizer isso com tristeza, com orgulho ou com vergonha – de todos os números. Ontem, eu fiz campanha para um 45, de seu Partido, aqui em uma cidade chamada Formosa. É inacreditável as alianças do meu Partido com os outros partidos. Meu grande adversário aqui, que é o ex-Senador Roriz, do PMDB, eu já fiz campanhas em algumas cidades ao redor, Senador Adelmir, com o número 15. Às vezes, eu tenho que me lembrar qual é o número do candidato que estou defendendo. É claro que eu tenho feito uma seleção, o compromisso com a educação, e isso a gente encontra em todos os partidos. Em todos os partidos tem gente com compromisso com a educação.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)** – Felizmente.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Felizmente. Então, esse processo realmente tem que mudar. Só que eu acho que cláusula de barreira e tudo isso não vai resolver enquanto a gente não tiver um debate grande, uma redescoberta de valores diferentes sobre o futuro do País. Eu vou usar a palavra ideologia, não no sentido antigo, dos 'ismos' do passado, mas que a gente comece a ter blocos conforme propostas para o futuro do País.

O bloco que defende tal proposta, o bloco que defende tal outra, e aí os Partidos vão se consolidar com uma base concreta. Hoje, os Partidos são clubes eleitorais. Vamos falar com franqueza. Estou falando "os", sem excluir nenhum. Nós somos filiados – nem diria militantes – de clubes eleitorais. Felizmente, existe a saída da fidelidade, que já impede essa mobilidade maior, mas ainda é pouco. Houve um retrocesso no Brasil nesses últimos anos, em parte pela queda do muro de Berlim e pelo avanço até perdermos aquela esperança quadrada que havia num certo tipo de socialismo. Isso foi bom. Mas, ao cair o muro de Berlim, ao se romperem os blocos que existiam, nós ficamos enlouquecidos do ponto de vista de bússola, do ponto de vista para onde ir. Para mim, essa é a principal causa de você ter aliados nos mais diversos partidos e, muitas vezes, adversários no seu próprio partido. E a gente termina fazendo campanha por candidatos dos



mais diversos partidos, como se não houvesse nada que ver entre o partido e as suas convicções, como, de fato, não há. Você vai defender um ou outro partido, levando a sua convicção. Não abri mão de nenhuma convicção, mas lá há pessoas que também estão com a sua convicção, pelo menos num pedacinho, e você discorda do resto. Esta Casa tem uma parte da culpa, porque o debate ideológico não vai sair das academias, das universidades, dos filósofos; vai sair dos políticos. Pode até ser que a gente se inspire nos políticos, mas nós somos os líderes. Temos de carregar uma bandeira e ver quem vem atrás dela. E aí não vai haver muitas bandeiras. Hoje, na verdade, não existe nenhuma bandeira, como a do desenvolvimentismo que Juscelino trouxe – era uma bandeira com clareza -, como a bandeira de um grupo aqui que trouxe a democracia; havia os que defendiam a democracia, e os que defendiam o regime militar; havia uma polarização, e ninguém ficava mudando de um lado para o outro com facilidade. No final, houve uma migração de muitos do regime militar para a democracia, o que foi positivo. Mas, em vez de a gente consolidar blocos com base em propostas para o País, nós nos perdemos. Sinceramente, os últimos anos agravaram isso. O Presidente Lula, a meu ver, até pela sua genialidade política, conseguiu aglutinar tanta gente em volta dele e absorver tantas das propostas dos outros Partidos que antes eram criticados que houve um retrocesso ideológico. Os intelectuais estão mudos, os universitários parados, os sindicatos sem luta, os movimentos sociais também. Houve uma paralisia neste País do que não é Partido, e houve uma mistura geral do que é Partido. Creio que, se a gente analisa o Governo Lula e vê muitas coisas positivas, uma que fica negativa – e não se pode colocar a culpa nele – é o resultado da sua capacidade aglutinadora, que levou a uma quebra do nível de consciência na população. Todo mundo ficou lulista – quase –, até porque ele absorveu muitas coisas do seu Partido, que faz oposição a ele, mas faz difícil. Às vezes, penso que vocês não fazem mais oposição: vocês fazem críticas. É diferente fazer crítica de fazer oposição. Com a proposta da privatização dos aeroportos, o PSDB não vai poder ficar contra, porque é uma proposta antiga do PSDB e não dos aeroportos – o conceito de privatização. Estamos vivendo um processo de retrocesso no nível do debate de idéias e de propostas. Enquanto não superarmos isso, creio que as regras como essa da cláusula de barreira e da fidelidade podem ajudar um pouco para evitar o caos; mas vão ser camisa-de-força, com o louco querendo rasgá-la. O que faria com que estivéssemos confortáveis dentro de um partido, sabendo que se perde a eleição, mas, mesmo assim, sem se preocupar em

fazer acordos para ganhar a eleição, seria a convicção. E essa convicção hoje está faltando na maior parte dos políticos – e aí eu não me excludo, não tem esse negócio de dizer “os outros” –, na quase totalidade, digamos, da maneira como fazemos política hoje. E eu comparto dessa sua visão de que, em cada cidade que a gente vai, Senador Adelmir, defende-se um número diferente. É esquisito. Mas o realismo político está nos levando a isso, e eu faço parte desse realismo, às vezes com tristeza, às vezes com vergonha, às vezes com esperança, porque se pode ganhar e fazer boas coisas em algumas prefeituras graças a esses acordos que estão sendo feitos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) –** Obrigado, Senador Cristovam. Realmente, a essa questão dos números eu ontem me referi aqui. Então, lá em Pedra Azul, eu gritava: “Vamos votar no 25!” Lá em Joaíma, eu gritava: “Vamos votar no 23!” (que era do Roberto Gapiúna). Nas outras cidade, era o 45, do meu partido. Então, precisamos avançar.

Quando me refiro à questão da cláusula de barreira, Senador Cristovam, evidentemente estou com espírito mineiro, não estou querendo uma regra radical. Mas estou querendo que evitemos essa situação de candidatos que vão à televisão e que denigrem, no fundo, a representação política, pela forma como se colocam, uma forma caricata, uma forma que realmente não contribui, e que generaliza essa imagem para os outros.

Quantas pessoas assistem, às vezes, um programa e dizem: “Estou assistindo porque é engraçado”. Essa questão, por exemplo, de vereadores... É evidente que a representação é popular, tem que ter todo tipo de pessoas. Temos que ter sempre essa ocasião. Mas, quando defendo a cláusula de barreira, defendo uma discussão ampla, em que nós cheguemos a uma regra que seja importante para a continuação do multipartidarismo, para a continuação da possibilidade de, eventualmente, haver uma mudança partidária, sim, mas não como acontece hoje, que é uma verdadeira anarquia.

Assim, a discussão de uma reforma política tem que ser plenamente feita aqui, e o momento propício para se aprovar uma reforma política é o início de um governo de Presidência da República. Acredito que seria muito difícil termos agora uma nova aprovação. Teríamos que ter um projeto bem amadurecido para, em 2011, procurarmos a aprovação de uma mudança política, que não vigoraria nas eleições seguintes, mas alguns anos a frente, exatamente para não haver o risco de aqueles que foram eleitos serem atingidos por algumas dessas mudanças.



Essa é uma questão que diz respeito a todos nós. As regras políticas, as regras eleitorais, mais uma vez, precisam ser discutidas de forma aberta, e isso se dá com mais condições no início do Governo, quando o Governo tem uma presença maior e essas questões estão mais latentes, quando são mais recentes.

E reitero a nossa convicção, do PSDB, de defesa do Parlamentarismo, com uma frase que gosto de dizer: “No Parlamentarismo, é a maioria que forma o Governo; no Presidencialismo, é o Presidente que forma a maioria”.

Quando o Presidente forma a maioria, é o que vemos aí. Como ele forma essa maioria? Forma a maioria, às vezes, com troca de favores, com concessões que, normalmente, não seriam feitas num regime em que a maioria se somou e indicou o representante, o Primeiro-Ministro no caso, e aí teríamos um Governo em que haveria harmonia entre o Congresso e a direção.

Quando essa harmonia deixasse de existir, o Primeiro-Ministro sairia e se buscaria uma nova coalizão de forças, como acontece em tantos países.

Essa é uma discussão, portanto, necessária, que deve ser permanente, para a melhoria do nosso sistema eleitoral.

Quero falar, mais uma vez, Sr. Presidente, que vamos ter eleições com mais de 100 milhões de eleitores, com 120 ou 130 milhões, e vamos usar novamente as urnas eletrônicas. E vejo aí as mesmas pessoas que apareciam nas outras eleições aparecendo agora, para querer desacreditar as urnas eletrônicas brasileiras, que são um grande avanço tecnológico, que já foram testadas. São urnas eletrônicas que vão estar lá na região mais distante da Amazônia, que vão ao Rio Grande do Sul, que vão ao Nordeste... É evidente que algum risco sempre existirá, não existe tecnologia perfeita, mas não dá para a gente ficar ouvindo, eu diria, esses “urubus” verdadeiros que ficam torcendo para algo dar errado. Ficam dizendo que não, que a urna não é confiável... Ao contrário, a urna é confiável, sim, os partidos podem auditar os programas, o que está previsto na lei.

Eu sou o autor da lei que prevê o registro digital do voto. Quer dizer, você tem cada urna com o registro dos votos ali, os votos não são armazenados na sequência, mas de forma aleatória, para não se permitir saber que o primeiro voto é do primeiro eleitor a votar ali. Isso tudo está previsto. Agora, ao mesmo tempo que alguns críticos pedem que o Brasil avance mais na questão da inclusão digital, insistem em criticar o registro digital de voto, que usa exatamente essa tecnologia.

Portanto, mais uma vez, vamos confiar, sim, no Tribunal Superior Eleitoral, vamos fiscalizar por inter-

médio dos nossos partidos, sabendo que a introdução que se faz agora do sistema operacional Linux é uma mudança que está sendo feita, mas que não é ela, absolutamente, que vai atrapalhar a confiabilidade do pleito.

A crítica pode sempre existir, mas vamos ter cuidado com essa crítica para não exagerar num ponto em que o Brasil dá exemplo, que é esse ponto positivo da automatização das eleições.

Quero, ainda, Presidente, antes de concluir o discurso, falar um pouco mais também de uma outra cidade.

Acho que é muito importante nós termos as cidades médias valorizadas neste País. São cidades onde a vida é, felizmente, melhor, com menos violência, com menos problema de trânsito, com oportunidades de emprego diversificadas, com qualidade de vida, onde as pessoas ainda podem conviver melhor com sua família, com seus amigos. Quero referir-me à cidade de Sete Lagoas, cidade-natal de meu pai. É uma cidade que já tem 220 mil habitantes, uma cidade que tem crescido muito, que é sede de uma das empresas do grupo Fiat, a Iveco, que tem crescido muito. Essa empresa foi para Sete Lagoas na época em que eu era Governador do Estado. Evidentemente, fiquei muito feliz que ela tenha ido para lá, pois é uma terra que tem essa vocação, próxima a Belo Horizonte.

Sete Lagoas é uma cidade que está recebendo novos investimentos, está recebendo uma fábrica da Ambev. O Governador Aécio Neves se esforçou muito para que ela fosse para lá, assim como todos nós. Todo grande empreendimento tem várias pessoas que participam dele. Então, nessa época de eleição aparece um pai disso, um pai daquilo... Quando a questão é positiva, aparecem vários pais. Então, este é o momento em que se deve reconhecer que alguns empreendimentos realmente têm várias pessoas que se juntam para viabilizá-lo. Assim foi com essa nova fábrica da Ambev. Há cerca de dez anos que a Ambev não construía uma fábrica no Brasil, então essa é uma que se soma, em Sete Lagoas, à Iveco, que já é responsável por mais de 20% da receita de Sete Lagoas.

Tivemos a expansão da Itambé, de laticínios; o ferro-gusa, que é tradicional atividade da cidade, hoje já caminhando também para um pólo educacional, para o comércio, que é um comércio forte... Sete Lagoas está distante 70 quilômetros de Belo Horizonte e tem uma vida própria. O acesso é de qualidade, um acesso duplicado de Belo Horizonte até Sete Lagoas. Na época em que eu era Governador, junto ao Governo Federal, conseguimos essa duplicação. Agora estamos continuando a duplicação, de Sete Lagoas até um importante entroncamento para o norte de Minas

e para Brasília, mais 40 ou 50 quilômetros, que é o chamado Trevo de Curvelo. Essa obra caminha muito bem e sei cumprimentar o Governo quando as coisas caminham. A emenda que possibilitou essa publicação também é de minha autoria, uma luta pela qual me interessei desde que assumi aqui o mandato de Senador. Então, há seis anos venho lutando por essa duplicação e fico feliz que ela agora esteja realmente avançando. E nós teremos uma melhoria e vidas serão salvas, já que várias vezes reclamei aqui de que o Brasil precisa de vários projetos de duplicação de estrada, não só dessa, de Minas, para que a questão dos acidentes se reduza.

Então, lá em Sete lagoas, uma cidade que cresce, uma cidade que tem, portanto, uma participação importante nossa, eu estive no último sábado, em carreato com o Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia, que representava o Governador Aécio Neves, junto de nosso candidato, o Márcio Campolino, o Maroca, do meu Partido, PSDB. Esse é o número 45 mesmo, não é outro... Então, em Sete Lagoas, o Maroca é, realmente, uma opção muito importante para a cidade, um candidato que significa renovação, um candidato que conhece a cidade, um ex-Vereador. Não é à toa que ele caminha na dianteira das pesquisas até o próximo domingo, quando, então, teremos as eleições.

Sete Lagoas é um exemplo de cidade média que tem crescido muito. Cidades como essa são fundamentais para a boa distribuição da nossa população.

Temos 77 cidades já com segundo turno, cidades com mais de 200 mil eleitores. Não é o caso de Sete Lagoas ainda, que tem 220 mil habitantes. Mas vejam que essa distribuição populacional melhorou muito no Brasil. Isso vai fazendo com que nós possamos ter também as oportunidades de emprego distribuídas.

Essa linha de valorização de Municípios é da maior importância, sejam Municípios pequenos como esses que visitei ontem na região do Jequitinhonha, importante região de Minas Gerais, seja em regiões das grandes capitais, como Sete Lagoas, o sul de Minas, com Três Corações, e várias outras cidades do Nordeste do Brasil, onde estarei, junto com o Governador Aécio, nos próximos dias. Isso é uma questão partidária. Como política se faz, como eu dizia, com partidos, temos de estar, num processo de solidariedade, e levar nossas convicções aos nossos Estados, mas também, quando for o caso, para fora da região que representamos.

Sr. Presidente, eu queria, portanto, nesta tarde, trazer estas palavras, as palavras de quem se sente revigorado em poder visitar as suas bases, em ver a riqueza que é o interior, o interior de Minas, um Estado extremamente caloroso, afetivo, carinhoso, que tem

diversidades, regiões ricas e regiões mais carentes, mas que é realmente um resumo do Brasil. É um Estado de que me orgulho muito de ter sido Governador, de que me orgulho muito de representar aqui, neste Senado Federal.

Que nós possamos ter uma grande festa democrática no próximo dia 5 de outubro. Que essa seja a realização de eleições nos 5.500 Municípios de acordo com regras democráticas, usando urnas confiáveis, usando a posição fundamental que a democracia traz a todos nós, da representação popular.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Azeredo, eu queria fazer referência à primeira parte do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, sobre a questão da classe política, da depreciação dos políticos e da política. Também tive oportunidade de me pronunciar sobre isso em relação à pesquisa Vox Populi, feita pela AMB, que coloca a gente numa posição extremamente difícil. Não concordo com isso, como V. Ex<sup>a</sup>.

Por outro lado, há a questão das eleições. É preciso que a gente busque efetivamente uma reforma política, uma reforma eleitoral. Não é possível que haja coligações em eleições municipais tão díspares das coligações, por exemplo, da eleição federal e da eleição estadual. Não sei qual o caminho, se é fundir o processo eleitoral numa única vez, municipal, estadual e federal, mas acho que é uma oportunidade que a gente terá quando discutir efetivamente a reforma política e partidária aqui nesta Casa.

V. Ex<sup>a</sup> sugere a data de um governo iniciado ou quando se iniciar o próximo governo, e eu digo que concordo com V. Ex<sup>a</sup> de que é o melhor momento. Mas, num Governo que tem um índice de aprovação tão alto, quem sabe não fosse também o momento de se discutir essa questão?

Congratulo-me, portanto, com V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

*O Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana e, logo em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, apesar de ser um assunto debatido quase diariamente, ainda me causa perplexidade quando novos números sobre a elevada carga tributária do nosso País são divulgados.

A carga tributária é formada por todos os tributos federais, estaduais e municipais pagos por todos os brasileiros aos cofres públicos. O valor dessas tributações é exorbitante. Uma realidade cruel, que dói no bolso de todos os brasileiros.

Hoje pela manhã, assisti a uma reportagem do jornal Bom Dia Brasil, na TV Globo, que mostrou uma pesquisa realizada, neste mês de setembro, pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o IBPT. De acordo com a pesquisa, Senador Cristovam, por ano, o trabalhador paga o equivalente a cinco meses de trabalho em impostos e tributos, tributos de modo geral, incluindo impostos, taxas; enfim, todos os tributos.

Ou seja, o contribuinte trabalha, em média, 157 dias por ano só para pagar os tributos. No total, até dezembro deste ano, o trabalhador vai entregar ao Governo aproximadamente 40% de tudo o que recebe como pagamento pelo exercício do seu ofício.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com o IBPT, o instituto que fez a pesquisa, o brasileiro gasta, por dia, em média R\$14,93 com tributações, isso incluindo todos os brasileiros. Alguns gastam mais.

Nesse cenário de alta tributação, cada brasileiro pagou em média R\$2.700,00 de tributos só nos primeiros seis meses do ano de 2008.

Isso significa que, só no primeiro semestre de 2008, nós pagamos, na forma de tributos, R\$117.988.000,00 (cento e dezessete milhões e novecentos e oitenta e oito mil reais) por hora, R\$1.970.000,00 (um milhão novecentos e setenta mil reais) por minuto e R\$32.777,00 (trinta e dois mil setecentos e setenta e sete reais) por segundo.

Segundo previsão do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, este ano, pela primeira vez na história, os contribuintes terão pago cerca de R\$1 trilhão em tributos até a última semana de dezembro.

A conta que pagamos, Sr. Presidente, é tão elevada que eu diria que pagamos impostos, tributos de modo geral desde a hora em que acordamos até a hora em que vamos dormir. Isso porque todos os produtos e serviços que compramos ou consumimos têm em seus preços finais várias alíquotas inclusas. São os chamados custos invisíveis, que, muitas vezes, o consumidor nem sabe que está pagando.

Na realidade, o brasileiro ainda não sabe quanto exatamente paga em tributos. Para se ter uma idéia, quase metade dos tributos arrecadados nas esferas federal, estaduais e municipais têm origem na cobrança sobre o consumo.

O preço de um pãozinho que nós estamos habituados a comprar para o café da manhã, por exemplo,

é formado pelo seu custo real mais algumas alíquotas, entre elas ICMS, PIS e Cofins. E assim é formado o preço final de todos os produtos e serviços que fazem parte do nosso cotidiano.

Segundo estudo realizado pelo Professor de Finanças da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da FGV, Francisco Barone, os tributos deixam as refeições brasileiras até um terço mais caras.

Nos alimentos consumidos no café da manhã – pão francês, café, leite e margarina –, a tributação é de 21,76%. O lanche da tarde foi considerado, nesse estudo, a refeição com a tributação mais elevada. O Professor Barone considerou como lanche da tarde uma lata de refrigerante, que recebe em seu preço final 45,80% de tributos, e um cachorro quente, que tem o preço elevado em 21,41% por causa da carga tributária.

Para esse estudo, o Professor Barone considerou a tributação por dentro, aquela em que o tributo incide sobre a sua própria base de cálculo, o que onera ainda mais o consumidor.

Por exemplo, um produto que vale R\$100,00 passa pela tributação, levando em conta o ICMS de 18%, e tem aumentado o seu preço para R\$118,00. Depois, esse valor passa novamente por incidência de outros tributos.

Em países desenvolvidos, os tributos são calculados por fora e apenas uma vez. Com essa deformação do nosso sistema tributário, o brasileiro é obrigado a arcar com preços absurdos de produtos e serviços.

O combustível brasileiro, por exemplo, está entre os mais caros do mundo, de acordo com consultorias internacionais especializadas em análises de preços. Mais da metade do preço final da gasolina vendida aqui no Brasil corresponde a tributos. Nesse caso, estão inseridos Cide, ICMS, PIS e Cofins, para citar apenas alguns. Por isso, pagamos tão caro pela gasolina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante dessa realidade de elevada carga tributária, o que nós brasileiros deveríamos esperar era o retorno desses recursos pagos ao Governo em forma de serviços de qualidade nas áreas da educação, Professor e Senador Cristovam, de que V. Ex<sup>a</sup> tão bem fala aqui, da qualidade das nossas escolas e do ensino que é ministrado; na área da saúde, do transporte e da previdência.

Ora, se temos uma carga tributária equivalente aos países do primeiro mundo, o correto seria que tivéssemos também serviços públicos de primeiro mundo. Infelizmente, estamos muito longe disso, Sr. Presidente. Além de pagarmos e não recebermos serviços públi-

cos de qualidade, ainda temos que pagar os mesmos serviços na rede particular.

Eu gostaria muito de dizer que nós gastamos muito com escola particular, com segurança particular, plano de saúde, previdência privada e transporte particular, despesas que consomem uma parcela significativa da renda da classe média brasileira.

Concedo o aparte ao meu companheiro de Bancada, Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Senador Adelmir, parabéns pelo seu discurso, que, em si, não merecia nenhum reparo nem mesmo qualquer aparte. O meu aparte é no sentido de trazer uma lição do seu discurso para um alerta. O que mais me preocupa hoje é o problema do gasto público, porque o senhor está mostrando dados que deixam claro que é impossível aumentar impostos.

Mas se não aumentamos os impostos e os gastos continuam aumentando, vai haver um déficit em breve. E quando houver um déficit, os juros vão ter que aumentar para atrair capitais externos e para segurar capital. Aí, o que vai acontecer é que a própria poupança dirigida aos investimentos vai cair. Aí, cai o emprego. Além disto, chega a um ponto em que mesmo os juros já não são atrativos para cobrir o déficit, então só vai ter um jeito: imprimir outra vez e, quem sabe, mandar para aqui um projeto de lei, acabando com a Lei de Responsabilidade Fiscal por força das circunstâncias. Então, temos que tirar duas lições do seu discurso: primeiro, não dá para manter essa carga fiscal por muito tempo. Além disto, não dá para aumentar os gastos públicos, como tudo está indicando. Finalmente, V. Ex<sup>a</sup> traz os gastos atuais e mostra que o mais triste é que os gastos, graças a essa arrecadação, não vão para investimentos, não sobra dinheiro. Apesar dessa carga fiscal desmesurada, o dinheiro é quase todo para financiar gastos públicos e não para financiar investimentos públicos de que precisamos. Por isso, quando vemos, hoje, a tranquilidade do Brasil diante da crise internacional, temos que nos felicitar por esses 14 anos de uma contínua política econômica, já que, se não fosse isto, não estaríamos nessa situação. Bateram e bateram no Ministro Malan. Mas se não fosse aquele Proer organizado – não caótico como o “Proer” dos Estados Unidos – não estávamos com essa tranquilidade. Mas também é preciso dar mérito ao Presidente Lula. Ele poderia ter mudado isso, mas ele manteve, e teve a sensibilidade e a firmeza de manter aquelas bases. Então, é graças a ele, graças ao Fernando Henrique, graças ao Fernando Henrique, Ministro, e ao Presidente Itamar também. Não podemos nos es-

quecer de que ele era o chefe do Fernando Henrique quando este era Ministro. Então, essa tranquilidade é boa, mas ela me assusta porque as pessoas começam a achar que não há problema no Brasil. Há, sim. E V. Ex<sup>a</sup> está dando idéias que permitem acender uma luz amarelíssima, quase vermelha.

**O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF)** – Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que vem enriquecer, inclusive, assuntos que ainda irei colocar à frente.

Então, eu dizia, Sr. Presidente, que as despesas que consomem uma parcela significativa da renda da classe média brasileira estão aí embutidas nessa carga tributária excessiva.

O Governo responde, sempre, dizendo que tem aumentado os investimentos em saúde e em educação, o que tem melhorado os indicadores sociais do País.

O que eles parecem não saber é que o aumento de investimento não representa nada em melhoria da qualidade dos serviços. O Brasil está muito longe de prestar serviços de qualidade a sua população.

Peço aos Srs. Senadores e ao Sr. Presidente que nós, Parlamentares, façamos um esforço conjunto para não deixar que a reforma tributária enviada ao Congresso pelo Governo Federal não se limite apenas à unificação e simplificação de tarifas; que não signifique apenas a junção de uma série de impostos somando as alíquotas de cada um.

Já passou da hora de o Congresso interferir nos limites da carga tributária cobrada pelo Governo. Um projeto do Deputado Armando Monteiro Neto, que está na CCJ da Câmara, pretende dificultar ou proibir a criação de novos tributos e o aumento das alíquotas existentes.

Nesse mesmo sentido, de poupar o brasileiro de tantas despesas com impostos e tributos, eu apresentei três projetos de lei que já estão em tramitação nesta Casa.

Um deles, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assegura direito aos usuários do serviço público. Se na iniciativa privada o consumidor pode contar com o Código de Defesa do Consumidor, nada mais justo que os contribuintes tenham também uma legislação a seu favor. Apresentamos aí o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público. A segunda, uma PEC que dá poderes ao Senado Federal para limitar a carga tributária. Essa PEC encontra-se tramitando na CAE. E o terceiro, dá poderes ao Conselho de Gestão Fiscal, que foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para também limitar a carga tributária.

Acredito que, com a aprovação desses projetos, estaremos dando um grande passo em direção



à melhoria dos serviços oferecidos pelo Governo. Se o cidadão paga tributos, ele tem o direito de cobrar o serviço que o Governo deveria oferecer.

Peço aos Srs. Senadores que nos ajudem a dar celeridade a esses projetos e que voltemos todos os nossos esforços na direção de uma reforma tributária ideal para o País.

No final do ano passado, vencemos uma batalha ao derrubar a famigerada CPMF, o Imposto do Cheque. O Governo fez de tudo para manter a contribuição que era provisória, mas hoje está provado que a CPMF era um imposto totalmente desnecessário para os cofres públicos e pesava muito no nosso bolso, no bolso do contribuinte.

Os números mostram que o País teve uma arrecadação recorde no primeiro semestre deste ano. Os contribuintes pagaram R\$515,360 bilhões em tributos nos três níveis de Governo.

O valor registrado nesse primeiro semestre é 15,9% superior aos R\$444,660 bilhões arrecadados de janeiro a junho de 2007, quando ainda se pagava a CPMF.

Um dos motivos para o alcance desse recorde na carga tributária foi o aumento do IOF, o Imposto sobre Operações Financeiras, que passou de R\$3,6 bilhões, no ano passado, para R\$9,67 bilhões, em 2008. Um aumento, portanto, de mais de 160%.

Apesar da crise econômica nos Estados Unidos, o Presidente Lula mostra tranquilidade e diz que a economia do Brasil nunca cresceu tanto.

De fato, a estabilidade da economia é algo para se comemorar. O que não podemos mais suportar é que o Governo comemore o crescimento econômico do País e, ao mesmo tempo, fique de olhos fechados, ao que parece, para o malabarismo que a maioria dos brasileiros tem feito para pagar as contas no fim do mês.

Isso sem falar no caos em que vivem a saúde pública e o ensino no Brasil.

Encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, lembrando o que pode parecer óbvio, mas infelizmente não é levado a sério em nosso País.

O Brasil só deixará o nível de subdesenvolvimento quando os governantes investirem, de verdade, nas áreas de educação e de saúde.

O contribuinte merece esse respeito e esse compromisso, porque o preço pago por esses serviços é alto demais para que a destinação dos recursos continue sendo feita de forma irresponsável e prejudicial aos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Adelmir Santana. Concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> também nessa questão dos impostos. Já chegamos ao limite máximo suportável pela população brasileira. Já passamos do limite, na verdade.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos dias, Senador Eduardo Azeredo, o Brasil tem visto uma quantidade imensa de boas notícias. Descobriu-se petróleo numa quantidade inimaginável, o PIB vem crescendo quase ao nível de um começo de milagre, o Brasil demonstra tranquilidade apesar de todo *tsunami* que há no planeta inteiro do ponto de vista financeiro. Temos notícias boas, mas quem olhar o **Correio Brasileiro** – o grande jornal da nossa cidade, o Distrito Federal –, hoje, vai ver a página inteira tomada por uma notícia: crianças de nove e dez anos se prostituindo na Rodoviária do Distrito Federal todas as noites. Ou seja, há dois Brasis: há um Brasil do tal do pré-sal e há um Brasil da prostituição infantil.

Não podemos deixar que este País se iluda apenas com as boas notícias. Não podemos, não devemos esconder as notícias boas, mas não podemos deixar que elas, ao aparecerem, ofusquem, escondam, matem as notícias ruins deste País.

Por isso quero, em primeiro lugar, cumprimentar o **Correio Brasileiro** por ter tido a sensibilidade de mostrar a tragédia que acontece a não mais de três, quatro, cinco quilômetros do Palácio do Planalto: crianças se prostituindo no centro do Distrito Federal, na capital do Brasil, com nove, onze anos. Isso depois de dezesseis anos de Presidentes que, podemos dizer, vêm do bloco chamado de esquerda neste País; vinte anos depois da democracia, dezesseis anos do Itamar, Fernando Henrique e Lula. E a gente ainda tem esse flagelo, essa vergonha, essa tragédia neste País!

O Brasil precisa refletir, e não venham me dizer que o dinheiro do pré-sal vai ser usado para isso, como eu próprio defendo que seja para a educação, mas sem esperar que ele apareça. A gente sabe que vão levar algumas décadas para que apareça o dinheiro do pré-sal, e se o barril do petróleo chegar a US\$200.00, porque senão não se justifica extrair petróleo de uma profundidade como aquela.

Não podemos deixar que o problema da prostituição infantil continue sendo um assunto, uma realidade, uma verdade neste País. E sabemos como fazê-lo. O Brasil sabe como fazer, o Brasil tem os recursos para



fazer isso. Isso é uma das coisas que menos custaria do ponto de vista financeiro, se a gente quisesse resolvê-la.

Liguei para o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, até porque meu Partido faz parte da base de apoio dele. E, se eu não tivesse escutado dele o compromisso de que já deu ordem para começar a resolver o assunto, estaria comentando a possibilidade de afastar-me. Não é possível, eu não me sentiria à vontade de ficar em um Governo que não fizesse um esforço desmesurado para erradicar o problema da prostituição no Distrito Federal.

Posso falar porque fui Governador e resolvemos esse problema durante aqueles quatro anos, fechando boates e enfrentando a Justiça, já que os donos das boates diziam que não tínhamos o direito de agir assim, punindo taxistas, donos de hotéis e colocando não apenas a polícia na rua, mas criando uma Secretaria da Criança.

Mais do que isso, fizemos um levantamento de quais as crianças que estavam na rua naquela época. Foram lançados no meu computador de Governador o nome de todas aquelas crianças. Acompanhamos uma a uma. O meu secretário naquela época, Osvaldo Russo, vinha prestar contas para mim uma vez a cada semana, talvez um pouco mais. Ele dizia: “Desta aqui conseguimos encontrar o pai. Demos uma bolsa escola e ele comprometeu-se a tirar aquela criança da rua. Estas aqui não poderiam voltar para os pais, porque lá eram ameaçadas de violência; procuramos uma tia. Desta aqui nem tia encontramos; procuramos uma família que a adotou”. Pouco a pouco, pelo menos as que tinham menos de 16 anos, conseguimos tirar das ruas. Com mais de 16 anos não dava para tirar, porque não havia quem quisesse adotar e não tínhamos o poder de retirá-las da rua, obrigatoriamente, e colocá-las em uma casa.

Lembro-me de que chamei um Juiz de Menores para conversar. Quando eu disse a ele que estava disposto a retirar essas crianças, colocá-las numa casa bem cuidada e queria que ele fosse lá ver as condições, ele disse: “Se o senhor fizer isso pode ser preso, porque o senhor não tem o direito de tirar criança de onde ela está porque não é o pai delas”. E eu me lembro de que eu disse para ele: “Juiz, se o senhor me prendesse, porque eu sou Governador há dois anos e ainda há essas crianças na rua, eu garanto como, no Brasil inteiro, resolvia-se o problema”. Mas ele disse que não havia o que acho que se chamava *pater* poder, uma expressão do Direito. Então, não foi

possível ajudar as meninas de 16 anos; as outras, nós conseguimos.

Há pouco, o Governador se comprometeu comigo a tomar as medidas necessárias, além das que ele fez do ponto de vista da Polícia. Mas não basta a Polícia. A Polícia não resolve isso. A Polícia só consegue mudar de lugar as meninas. Ele se comprometeu a, juntos, buscarmos uma saída. O meu Partido não teria condições de fazer parte de um Governo que fechasse os olhos a esse problema.

E a maneira de resolver, em primeiro lugar, está em ter a vontade de resolver e marcar um prazo. O Governo nunca quis fazer isso; nenhum do Brasil, ultimamente. Fui Ministro do Presidente Lula e, nos primeiros meses, houve uma reunião no Palácio da Justiça para discutir o assunto. E eu disse: “A primeira coisa é saber quem é o responsável por isso”. Nós temos Ministros de cada área e não temos Ministros da Criança. Não há ninguém que cuide da criança no Governo Federal. Não é o Ministério da Educação. O Ministério da Educação cuida de escola para os que estão na escola. Nem pelas que estão fora da escola, o Ministério da Educação tem responsabilidade e obrigação. São quatro os Ministérios que cuidam do assunto: Justiça, Trabalho, Educação e Assistência Social. Então, nenhum cuida. É preciso ter uma espécie de coordenador desse assunto, que o Presidente demita quando não conseguir cumprir as metas de redução do problema da prostituição infantil.

Não estou nem falando agora do problema da criança abandonada. Estou falando dessa coisa mais vergonhosa, mais brutal de todas. Que moral este País tem de falar contra os pedófilos, quando a gente deixa crianças na rua, na prostituição? Nós, aqueles que estão na vida pública, os líderes deste País, somos talvez iguais aos pedófilos; nós somos pedófilos, os que não gostam de crianças, senão a gente já teria feito o necessário.

A primeira coisa é ter um coordenador, um responsável. Ou criar, dentro do Ministério da Educação, ou dentro de outro Ministério, uma área específica de atuação sobre a criança, ou aprovarmos o meu projeto, que está há cinco anos rodando, que cria a Agência de Proteção da Criança e do Adolescente, para ter alguém responsável.

Por que se mata criança, por que criança fica abandonada, por que tem prostituição infantil? Porque, neste País, não tem ninguém responsável no poder público para cuidar das crianças.

Faz algum tempo, morreram algumas crianças por inanição. O Governo Federal teve uma preocu-

pação, porque eram indígenas, porque a Funai cuida disso. Se não fossem crianças indígenas, não haveria nenhum gesto, porque não há ninguém responsável por esse assunto.

A primeira coisa, portanto, é termos clareza de criar um órgão, uma pessoa que gerencie, que seja responsável, que, se não der conta, seja execrada pela opinião pública porque não está conseguindo resolver o problema. Hoje não tem quem jogue pedra pelo fato de o Brasil ter prostituição infantil. Não tem ninguém responsável. A gente tem que ter um responsável. Quando os aviões se atrasaram neste País, todo mundo sabia quem eram os responsáveis: o diretor da Anac e o Ministro da Defesa. Caiu o Ministro da Defesa e caiu o Diretor da Anac! Eu duvido que alguém caia, neste período, por ter se descoberto meninos e meninas se prostituindo no centro da Capital da República! Duvido! Duvido que alguém seja demitido por haver prostituição infantil neste País, seis anos depois de termos o atual Governo, dezesseis anos depois de termos Governos progressistas, como foi o do Presidente Itamar, como foi o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como é o do Presidente Lula! A primeira coisa é ter um responsável.

A segunda coisa é ter as políticas, e já está claro quais são. Uma é acompanhar cada uma dessas crianças. Outra é dar uma bolsa suficiente, para que nenhuma mãe e nenhum pai deste País precisem fechar os olhos para não verem seus filhos se prostituindo, para trazerem pão para casa. Não vai ser com o Bolsa Família de R\$80,00, de R\$90,00 ou de R\$100,00. Por que não pagar um salário mínimo? São tão poucas. São muitas do ponto de vista de nos dar vergonha, mas são poucas quando a gente considera o total de crianças deste País.

É perfeitamente possível um programa que trate as famílias dessas crianças com o cuidado necessário, para que não precisem disso e também para que não lhes permitamos que façam isso, se quiserem.

Nesse sentido, é talvez preciso cuidar da lei, para dizer que não podem ter direito a ficar com seus filhos aqueles que os jogam na prostituição, se têm dinheiro para sobreviver. Se não têm dinheiro para sobreviver, que culpa a gente vai dar a pais como esses? Mas, se eles têm, temos de ter a responsabilidade.

Precisamos fazer com que este País tenha não apenas a mãe do PAC, mas também o tio das crianças deste País. Por que o PAC tem mãe?

Por que é que o PAC tem mãe? Porque na economia a criança não tem um tio que cuide deles. No Poder Público não há uma pessoa para isso.

Com uma pessoa responsável, com a vontade de um governador, de um prefeito, de um presidente de dar um prazo para resolver esse assunto e com algumas políticas simples, é possível resolver esse problema, não de um dia para o outro, não por uma lei que diga que, a partir de amanhã, não haverá mais prostituição neste País. Não, seria uma lei falsa. Em um ano, em dois anos, no máximo em três, quatro anos é possível resolver isso.

Além dessa ação direta, é claro que, mais uma vez, caímos no velho problema – que todos chamam de uma nota só: o problema da melhoria da educação neste País.

Tivemos muitas notícias boas nesses dias. Mas está aí, nos jornais de hoje: temos 1,1 milhão de crianças analfabetas com mais de cinco anos na escola. Eu não estou falando mais 200 mil fora da escola, estou falando nas que estão dentro da escola e que não aprendem a ler no prazo certo, que é antes dos oito anos de idade. Isso é tão grave quanto a prostituição infantil, porque é uma espécie de degeneração intelectual que a gente está provocando neste País, nas nossas crianças e, através delas, nos futuros adultos.

Não é possível que este País não seja capaz de ter suas crianças sabendo ler antes dos sete anos de idade? Basta ter uma escola decente, professor bem remunerado, responsável, bem preparado, escolas bem equipadas que atraiam essas crianças e uma lei de responsabilidade educacional. Lei que, desde 2003, eu tento que exista e que, finalmente, fico feliz de ouvir o Ministro da Educação defendendo também.

Além disso, é preciso federalizar a educação de base. Não há como ter boas escolas neste País nas mãos dos prefeitos, que não têm dinheiro e que são desiguais. Desde 2003 luto por isso e, finalmente, li hoje um artigo da jornalista Rosângela Bittar em que diz que o Governo Federal está pensando, finalmente, em federalizar – mas o ensino médio. Será que não vão entender que não adianta melhorar o ensino médio se o ensino fundamental for ruim? Será que não conseguem entender que o esforço da gente tem que ser a partir dos quatro anos, ou mesmo desde que nasce a criança, para que, ao chegar no ensino médio, elas forcem o ensino médio a ficar bom? Será que não conseguem entender que não adianta, não se consegue, não é possível melhorar a universidade se não se tem um bom ensino médio; não é possível ter um bom ensino médio se não se tem um bom ensino fundamental?

O Presidente, ou por falta de aviso, ou, mais uma vez, por aquela idéia de mostrar serviço fazendo o mais fácil, está falando, finalmente, em federalizar;

mas a partir do ensino médio. Não vai adiantar, porque as crianças já chegarão no ensino médio federal despreparadas, porque não tiveram um bom ensino fundamental.

Alguém precisa avisar ao Presidente da República: tem que federalizar sim, a partir, inicialmente, do ensino fundamental e chegar até o ensino médio também.

Mas no Brasil é o contrário: primeiro, federalizamos as universidades. Agora, 40, 50 anos depois, vão federalizar o ensino médio. E daqui a 50 anos, federalizaremos o ensino fundamental e teremos perdido duas gerações inteiras, como estamos perdendo, sistematicamente, quando a gente observa o que acontece nas escolas de hoje.

Como vai adiantar federalizar o ensino médio se as crianças na escola não estão aprendendo a ler?

Não falo das que estão fora, Senador Adelmir; falo das que estão dentro. São 1,3 milhão de crianças nessa idade de 5 a 8 anos: 1,1 milhão estão na escola e não sabem ler, das 1,3 milhão que não sabem ler. Não é só isso. Sabem quanto diminui a taxa de analfabetismo no Brasil de 2006 para 2007? Zero vírgula três por cento, ou seja, 0,03. Não 0,3, mas 0,03. Eu fiz as contas: em 100 anos, terá baixado 3%, ou seja, teremos baixado de 10 para 7, estaremos no nível do Paraguai. Nessa velocidade, para baixar, vamos dizer, até 1%, vamos precisar de 300 anos.

Como podemos não ver que é possível erradicar o analfabetismo, se quisermos, em quatro anos? Erradicar não é zerar, é cair para 2%, 3%. Tem um nível aí que vai ser difícil chegar lá, porque são pessoas muito mais velhas, são pessoas que já não vão conseguir, são pessoas que não vão querer, de maneira alguma, fazer esse esforço dramático que é aprender a ler depois de uma certa idade. Mas para baixar para 3%, quatro anos seria possível, mas o Governo tenta fazer isso pela contramão.

Em 2003, foi criado pelo Governo Lula a Secretaria para Erradicação do Analfabetismo. Em 2004, ela foi fechada. Aliás, coisa raríssima neste País é fechar uma caixinha do organograma. Depois que se criam órgãos, ninguém consegue fechar. Acho que o único órgão que se conseguiu fechar nos últimos anos foi exatamente a Secretaria para Erradicação do Analfabetismo, com a idéia de que analfabetismo não se erradica, o analfabetismo vai, vai e um dia acaba pela educação de base. Claro que uma boa educação de base termina acabando com o analfabetismo de adultos quando as crianças de hoje crescerem. E até lá a gente abandona os adultos? Além disso, será que não se percebe que é muito difícil educar uma criança

cujos pais são analfabetos? É difícil. Duas crianças na escola, na mesma escola, uma chega em casa e o pai tem livros; a outra, chega em casa e o pai é analfabeto. Essa segunda terá mais dificuldades na vida para aprender.

Erradicar o analfabetismo de adultos é melhorar a educação das crianças, filhas desses adultos. Mas a gente continua se negando a fazer esse esforço.

Crítica-se o Presidente Chávez, mas ele conseguiu. Hoje, a Venezuela tem uma taxa de analfabetismo tal que é considerada pela Unesco como um país livre do analfabetismo.

Na Bolívia, Senador, um país que tem diversos idiomas, um país de montanhas, sem estradas, o Presidente Evo Morales, em dois anos, creio, de governo que ele tem, já conseguiu erradicar em diversos departamentos do seu país.

A gente continua insistindo nos gestos pequenos na área da educação, quando, na área da economia, fazemos gestos heróicos, geniais, como tirar petróleo do fundo do mar, embaixo de uma camada de sal. Um gesto heróico! Um país que é capaz de pensar em tirar petróleo sete ou cinco mil metros abaixo do nível do mar não tem direito de achar que é impossível erradicar o analfabetismo!

Tirar petróleo do pré-sal é tão difícil como mandar um homem à lua, e a gente vai conseguir. Erradicar o analfabetismo não é difícil, todo mundo sabe como fazer: basta ensinar o ABC às pessoas adultas, basta atraí-las para o ensino, pagando uma bolsa para que elas aprendam a ler – mas só pagando no dia em que ela terminar seu curso, senão tem muito esperto que vai ficar o tempo todo estudando, dizendo que não aprendeu a ler – e pagar para os que vão alfabetizar, mas pagar não por mês, pagar pelo número de alfabetizados que ele conseguir fazer. O Presidente Lula começou isso em 2003, ganhou um prêmio internacional, dado pela Unesco, pelo programa chamado Brasil Alfabetizado, mas um Brasil alfabetizado que tinha meta para concluir, que tinha estratégia para fazer. Em 2004, parou. Manteve-se o nome Brasil Alfabetizado. É engraçado que mantiveram o nome Brasil Alfabetizado, mas mudaram o nome do Bolsa Família. Não mudaram Brasil Alfabetizado, mas mudaram a concepção.

Eu quero dizer que, como Senador de Brasília – como o senhor também, Senador Adelmir – hoje, ao ver a primeira página do *Correio Braziliense*, fiquei indignado, sobretudo sabendo que já houve um tempo, entre 1995 e 1998, que a gente tinha conseguido resolver esse problema.

Mas, felizmente, na conversa com o Governador Arruda, ele se comprometeu comigo, como Presidente que sou de um partido que faz parte do Governo dele, no sentido de que isso será enfrentado com todo rigor. E eu vou cobrar dele todos os dias, o que foi feito, como anda, porque não tenho cara de continuar num Governo que não é capaz de fazer o esforço – nem digo de resolver, mas de fazer o esforço – e de demonstrar que está fazendo o esforço para resolver, não o problema, porque isso não é apenas um problema, para resolver essa vergonha, que não é só daqui, é nacional. Mas pelo menos aqui, onde já fui Governador, onde sou Senador, eu não posso, em nenhuma hipótese, admitir.

Senador, agradeço o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me deu, provavelmente por ser também do Distrito Federal, e digo-lhe que não escondo as boas notícias que o Brasil tem, mas não admito que usemos as boas notícias para esconder as notícias ruins, que o Brasil também tem, sobretudo aquelas que são ruins e solúveis; ruins, mas que podem ser resolvidas, porque outras são ruins e dificilmente a gente poderia resolver.

Vamos fazer um esforço, vamos despertar, vamos colocar como compromisso de todos nós resolver esses problemas, e eles serão resolvidos, porque este País já resolveu outros muito mais difíceis, porque quisemos. Esse não estamos resolvendo, porque estamos fechando os olhos para ele.

Por isso, concluo parabenizando o **Correio Brasileiro** por ter aberto os nossos olhos com uma página inteira sobre o assunto – não foi a manchete, Senador Azeredo; foi a página inteira. Isso demonstra o compromisso deste jornal com esta cidade e com o Brasil.

Concluo, portanto, homenageando, no meio de tudo isso, o **Correio Brasileiro**.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Senador Cristovam, quero me associar ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> e à homenagem que faz ao **Correio Brasileiro**.

Assustou, efetivamente, essa reportagem de hoje, e estou certo de que a promessa do Governo Arruda, que é um governo que está enfrentando desafios, certamente é promessa de quem tem compromisso assegurado com V. Ex<sup>a</sup> para resolver a questão.

Quero também, como Senador do Distrito Federal, associar-me a essas colocações que V. Ex<sup>a</sup> fez nesta tarde. Também passarei a ser um cobrador para a solução desta questão.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 183, DE 2008**

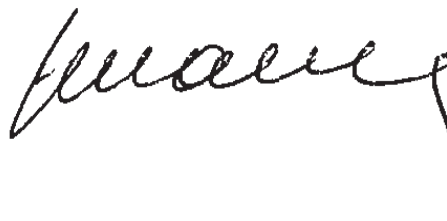
(Nº 732/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Os méritos do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2008.



EM Nº 355 MRE DP/DSE/SGEX/AFEP/G – APES

Brasília, 17 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a Organização e **curriculum vitae** de Ruy de Lima Casaes e Silva que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.



**INFORMAÇÃO*****CURRICULUM VITAE*****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUY DE LIMA CASAES E SILVA**

CPF.: 17433479791

ID.: 8505/MRE

1945 Filho de José Octávio Casaes da Cruz e Silva e Maria do Céu Jorge de Lima, nasce em 7 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1969 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ

1971 CPCD - IRBr

1973 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro

1973 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente

1975 Secretaria-Geral, assessor

1977 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de março

1977 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

1978 Embaixada em Paris, Segundo Secretário

1979 Coordenadoria de Assuntos Políticos do Gabinete, assessor

1979 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro

1980 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

1980 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial

1980 Orden del Libertador San Martín, Argentina, Oficial

1980 Orden de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial

1981 Medalha do Pacificador, Brasil

1983 Ordre du Mérite Ivoirien, Costa do Marfim, Oficial

1983 Conselheiro, por merecimento, em 27 de junho

1984 Ordem Real da Estrela do Norte, Suécia, Comendador

1984 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático

1984 Ordem Alauíta, Marrocos, Comendador

1985 Orden Al Mérito por Servicios Distinguidos, Peru, Comendador

1985 Embaixada em Roma, Conselheiro

1988 Embaixada em São Domingos, Conselheiro

1988 Ordine Al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Comendador

1990 Divisão de Estudos e pesquisa de Mercado, Chefe

1990 CAE - IRBr, A Imunidade Jurisdicional dos Estados: Tendências Atuais

1991 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático

1992 Ministro de Segunda Classe em 25 de junho

1992 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Ministro-Conselheiro

1994 GT Interministerial encarregado da organização do XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, Belém do Pará, Presidente

1997 Assembléia-Geral Extraordinária da OEA, Adoção da Convenção Interamericana para o Combate da Fabricação e Tráfico Ilegal de Armas de Fogo e Materiais Conexos, Washington, DC, Chefe de Delegação

1998 Assessoria de Relações com o Congresso, Coordenadoria Técnica, Coordenador

2000 Cerimonial, Chefe

2000 Ordem Nacional Steaua Rômâniei, Romênia, Grande Oficial

2001 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Grande-Oficial

2001 Orden Al Mérito de Chile, Chile, Grande Oficial

2001 Ministro de Primeira Classe em 29 de dezembro

2002 Orden Nacional al Mérito, Equador, Grã-Cruz

2002 Ordre de la Légion d'Honneur, França, Comendador

2002 Ordem ao Mérito da República da Polônia, Polônia, Comendador com Cruz

2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

2003 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial

2003 Medalla de la República Oriental del Uruguay, Uruguai, Comendador



2003 Orden Mexicana del Aguila Azteca, México, Grã-Cruz  
2003 Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, Brasil  
2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz  
2003 Orden de Mayo, Argentina, Grã-Cruz  
2003 Orden Al Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz  
2003 Orden El Sol del Peru, Peru, Grã-Cruz  
2003 Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial  
2003 Orden Real ao Mérito, Noruega, Grande-Oficial  
2004 Orden Nacional do Cedro, Líbano, Comendador  
2004 Medalha Mérito Segurança Pública e Defesa Social, Governo do Distrito Federal, Brasil  
2006 Orden de Mayo Al Mérito, Argentina, Grã-Cruz  
2007 Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Grande-Oficial

  
**DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

#### INFORMAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Criada em 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA) está sediada em Washington, D.C., EUA, e tem como propósitos primordiais promover a paz, a segurança do continente e a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que porventura surjam entre os Estados membros; organizar a ação solidária destes em caso de agressão; buscar a solução aos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surjam entre seus membros; promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural; combater a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos países do hemisfério, entre outras iniciativas que visem ao bem-estar e ao desenvolvimento socio-econômico dos países da região.

2. Conformam a estrutura institucional da Organização, de acordo com o artigo 53 de sua Carta constitutiva, a Assembléia Geral; a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; os Conselhos; a Comissão Jurídica Interamericana; a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; a Secretaria Geral; as Conferências Especializadas; e os Organismos Especializados.

3. Atualmente, os membros da OEA são Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (cujo governo está suspenso desde 1962), Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

4. A atuação do Brasil naquele foro é definida, como de hábito, pelos objetivos da política externa brasileira, e se desenvolve em praticamente todas as frentes, com particular atenção à promoção da democracia, da governabilidade, dos direitos humanos, da paz, da segurança, da cooperação e do

desenvolvimento hemisféricos; à expansão do comércio; à sustentabilidade ambiental; e ao combate à pobreza, ao crime organizado e à corrupção.

5. A **contribuição do Governo brasileiro** à OEA é realizada em duas categorias: a contribuição anual ao orçamento regular (US\$ 6.382.800 em 2007), bem como a contribuição aos fundos voluntários (cerca de US\$ 50.000 em 2007, para as Missões de Observação Eleitoral).

6. Dentre os principais programas da Organização, cabe ressaltar o de **promoção da democracia**, que auxilia no fortalecimento das instituições eleitorais, municipais e legislativas dos países-membros e promove programas de promoção de educação democrática. Quanto à atuação política no continente, a OEA contribui também para dar credibilidade aos processos democráticos nacionais, já tendo enviado missões de observação eleitoral para monitorar cerca de 50 pleitos e consultas em diferentes países do Hemisfério, dos quais os mais recentes se realizaram, em 2008, na Bolívia, Granada, República Dominicana e Paraguai e, em 2007, na Guatemala, Colômbia, Costa Rica e Equador. O Brasil participa ativamente dessas Missões, seja com recursos, seja com pessoal.

7. Na área de **segurança** destacam-se, na agenda da Comissão de Segurança Hemisférica, a coordenação política dos assuntos afetos a defesa e segurança, como as medidas de aumento da confiança e da segurança entre os integrantes, a implementação das Convenções Interamericanas sobre o assunto e o Programa de Educação para a Paz. Também fazem parte da agenda as preocupações de segurança dos Pequenos Estados Insulares e o programa de retirada de minas terrestres da América Central. Em 2003, o Brasil teve atuação influente na Conferência Especial sobre Segurança das Américas (Cidade do México, 27 e 28.10.2003), no sentido de promover a elaboração de um documento final equilibrado, que não se limitasse a enfatizar aspectos que fossem do interesse exclusivo de um ou outro país. Desde a década de 1990, o Brasil vem participando, inclusive em nível de chefia, com integrantes do Exército e da Marinha, da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) e da Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS). O Brasil ocupa a Presidência da Junta Interamericana de Defesa (JID) desde junho de 2006.

8. Com relação aos **direitos humanos**, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos oferecem aos cidadãos do Hemisfério recursos para a investigação de casos de violação de tais direitos. A Comissão realiza visitas aos países e publica relatórios, além de ser a instância do sistema interamericano de direitos humanos à qual indivíduos e ONGs têm acesso direto para apresentar denúncias de violações. A Corte Interamericana de Direitos Humanos processa e julga casos de violações que lhes sejam trazidos pela Comissão ou por Estado-Parte da Convenção Americana de Direitos Humanos em

relação aos Estados-Partes que lhes hajam reconhecido a jurisdição obrigatória, além de emitir opiniões consultivas sobre as normas interamericanas de direitos humanos. O Brasil reconheceu, em dezembro de 1998, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relacionados com a interpretação e aplicação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, fato que reforça a firme disposição do Governo brasileiro em fortalecer o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos.

9. O combate aos **ilícitos transnacionais** (tráfico de drogas e de armas, corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado transnacional e terrorismo, entre outros) também é objeto de atividades na OEA. A Comissão Interamericana Contra o Abuso de Drogas (CICAD) trabalha com os governos no fortalecimento do sistema legal, oferece treinamento em programas de prevenção, apoia a substituição de cultivos agrícolas e busca aprimorar o sistema de informações judiciais e policiais. Por meio de grupos de peritos, a CICAD vem examinando formas de combater diversos delitos conexos ao de narcotráfico. O combate à corrupção é da alçada do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (MESICICC). É nesse âmbito que os Estados têm se coordenado, o que vem resultando em significativa cooperação na matéria. O Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), criado em 1998, estava em estado de dormência até setembro de 2001. Na Reunião de Consulta realizada depois de 11.09.2001, os Chanceleres do Hemisfério decidiram colocar o CICTE em funcionamento. O CICTE vem ampliando sua área de atuação a temas conexos ao terrorismo, como os crimes cibernéticos e os controles fronteiriços, e vem consolidando-se como foro hemisférico para discussão de medidas de prevenção e combate ao terrorismo. O Brasil tem participação ativa em todos esses foros.

11. Outro tema de interesse é a proteção ao **meio ambiente**. A OEA vem desenvolvendo programas técnicos em áreas como do manejo de bacias hidrográficas, preservação da biodiversidade, gerenciamento de zonas costeiras e prevenção contra desastres naturais.

12. Realizar-se-á em Port of Spain, Trinidad e Tobago (abril de 2009), a V Cúpula das Américas, com o título "**Assegurar o Futuro de Nossos Cidadãos por meio da Promoção da Prosperidade Humana, da Segurança Energética e da Sustentabilidade Ambiental**". A Delegação brasileira à reunião deverá ser chefiada pelo

Presidente da República e contará com a presença de outras autoridades do Governo Federal.

Aviso nº 851 – C. Civil

Em 22 de setembro de 2008

**Assunto:** Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

### PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2008-CN

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 29.171.991,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 29.171.991,00 (vinte e nove milhões, cento e setenta e um mil, novecentos e noventa e um reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S N F D	G R P D	R M O D	I P O D	J O D	F U T E	V A L O R		
0631		DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA									29.171.991
		PROJETOS									
05 151	0631 5150	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL									29.171.991
05 151	0631 5150 0001	REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE NACIONAL - NACIONAL									29.171.991
			F 3	2	90	0	100		643.439		
			F 4	2	90	0	100		28.528.552		
		TOTAL - FISCAL									29.171.991
		TOTAL - SEGURIDADE									0
		TOTAL - GERAL									29.171.991

Aviso nº 827 – C. Civil.

Brasília, 17 de setembro de 2008

**Assunto:** Projeto de lei

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao

projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 29.171.991,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.



# LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º** São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

**§ 2º** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....  
**Art. 167.** São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 166, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 166, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 166, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de

crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

---

#### **LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008.**

Estima a receita e fixa a despesa da União  
para o exercício financeiro de 2008.

---

#### **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para  
elaboração e controle dos orçamentos e balanços  
da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito  
Federal.

---

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

---

### **LEI Nº 11.514, DE 13 DE AGOSTO DE 2007.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências.

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 64 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2008.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

- a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;
- b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
- c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e
- d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II - serviço da dívida; ou

III - sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º Os prazos estabelecidos no **caput** deste artigo não se aplicam quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da Lei Orçamentária de 2008 somente poderá autorizar remanejamentos na programação a que se refere o art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 8º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2008, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 10, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2007, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2008 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2007 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 15. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de caráter opinativo do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 16. Excetuam-se do disposto no § 15 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União.

---

#### **DECRETO Nº 6.439, DE 22 DE ABRIL DE 2008.**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º, **caput**, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos arts. 73, 74 e 123 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:



I - aos grupos de natureza de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, não constantes do Anexo VI deste Decreto.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites estabelecidos de acordo com este artigo.

---

*(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Leitura: 24-9-2008

até 29/9	publicação e distribuição de avulsos;
até 7/10	prazo final para apresentação de emendas;
até 12/10	publicação e distribuição de avulsos das emendas; e
até 27/10	encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.008, DE 2008**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 190, de 2008, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

Relator: Senador **Alvaro Dias**

#### **I – Relatório**

Submete-se ao exame da Mesa o Requerimento nº 190, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em conclusão ao Parecer sobre o Aviso nº 27/2006-CN (901/GP-TCU, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), relatado naquele colegiado pelo falecido Senador Jonas Pinheiro, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Por meio do referido Aviso, o TCU recomendou à Presidência do Congresso Nacional que atentasse para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação para

a região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do ADCT.

Este Congresso Nacional, em atendimento àquele respeitável Tribunal, tomou conhecimento do assunto e solicitou ao mesmo órgão informações sobre o cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos na irrigação da região Centro-Oeste nos cinco exercícios anteriores.

Atendendo a esta solicitação, o TCU expediu o Acórdão nº 1.530/07 (Processo TC nº 013.109/2007-3), que expõe situação dramática e preocupante relativamente ao cumprimento do aludido dispositivo, uma vez que demonstrado o seu não cumprimento desde 2000, sendo particularmente grave a situação entre 2002 e 2006, quando se verifica maior redução dos valores aplicados.

O eminente Ministro Ubiratan Aguiar, inclusive, consigna em seu voto o fato de o Tribunal já ter feito reiteradas ressalvas às Contas da República nesse sentido, sem obter do Poder Executivo, contudo, a observância do dispositivo.

## II – Análise

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações ao Congresso Nacional no exercício de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, a fim de possibilitar o conhecimento de informações e explicações do Poder Executivo, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o não cumprimento do comando consignado no inciso I do art. 42 do ADCT, que determina sejam aplicados na região Centro-Oeste, durante vinte e cinco anos, 20% dos recursos orçamentários da União destinados à irrigação.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame o requerimento está endereçado à autoridade certa, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A indagação parece-nos extremamente relevante em seu mérito e não esbarra em óbices constitucionais, sendo o teor do requerimento amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa.

Contudo, não atende completamente aos requisitos de admissibilidade previstos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações.

Embora esteja dirigido à autoridade ministerial competente e refira-se a atos submetidos à ação fiscalizadora do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição, além de não conter tema vedado ou sujeito a sigilo, o Requerimento contraria o inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que contém interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a que se dirige.

## III – Voto


Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 190, de 2008, nos seguintes termos:

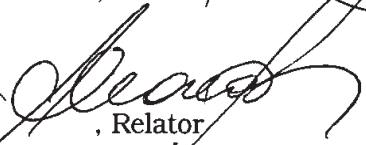
“Tendo em vista o flagrante descumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, atestado pelo Tribunal de Contas da União, solicite-se ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as seguintes informações:

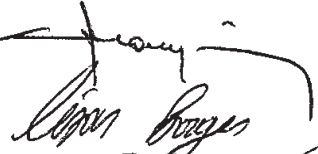
1) De 2000 a 2007, qual foi o montante anual dos recursos destinados à irrigação no Orçamento da União, e quanto foi efetivamente destinado à região Centro-Oeste em cada ano?


2) De 2000 a 2007, qual foi a destinação dos recursos que deveriam ser aplicados na irrigação da região Centro-Oeste?”

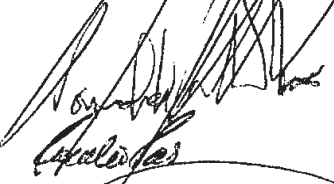
Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.


  
, Presidente

  
, Relator

  
Ubiratan Aguiar

  
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

  
Presidente do Senado Federal

  
Presidente da Câmara dos Deputados

**PARECER Nº 1.009, DE 2008**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 191, de 2008, ao Ministro da Integração Nacional, solicitando informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

Relator: Senador **Alvaro Dias**

**I – Relatório**

Submete-se ao exame da Mesa o Requerimento nº 191, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), formulado na conclusão do Parecer sobre o Aviso nº 27/2006-CN (901/GP-TCU, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), e relatado naquele colegiado pelo falecido Senador Jonas Pinheiro, ao Ministro de Estado da Integração Nacional, solicitando informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Por meio do referido Aviso, o TCU recomendou à Presidência do Congresso Nacional que atentasse para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação para a região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42, do ADCT.

Este Congresso Nacional em atendimento àquele respeitável Tribunal, tomou conhecimento do assunto e solicitou ao mesmo órgão informações sobre o cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos na irrigação da região Centro-Oeste nos cinco exercícios anteriores.

Atendendo a esta solicitação, o TCU expediu o Acórdão nº 1.530/07 (Processo TC nº 013.109/2007-3), que expõe situação dramática e preocupante relativamente ao cumprimento do aludido dispositivo, uma vez que demonstrado o seu não cumprimento desde 2000, sendo particularmente grave a situação entre 2002 e 2006, quando se verifica maior redução dos valores aplicados.

O eminente Ministro Ubiratan Aguiar, inclusive, consigna em seu voto o fato de o Tribunal já ter feito reiteradas ressalvas às Contas da República nesse sentido, sem obter do Poder Executivo, contudo, a observância do dispositivo.

**II – Análise**

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações ao Congresso Nacional, no exercício

de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, a fim de possibilitar o conhecimento de informações e explicações do Poder Executivo, por meio do Ministério da Integração Nacional, sobre o não cumprimento do comando consignado no inciso I do art. 42 do ADCT, que determina sejam aplicados na região Centro-Oeste, durante vinte e cinco anos, 20% dos recursos orçamentários da União destinados à irrigação.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame, o requerimento está endereçado à autoridade certa, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A indagação parece-nos extremamente relevante em seu mérito e não esbarra em óbices constitucionais, sendo o teor do Requerimento amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa.

Contudo, não atende completamente aos requisitos de admissibilidade previstos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações.

Embora esteja dirigido à autoridade ministerial competente e refira-se a atos submetidos à ação fiscalizadora do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição, além de não conter tema vedado ou sujeito a sigilo, o Requerimento contraria o inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que contém interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a que se dirige.

**III – Voto**

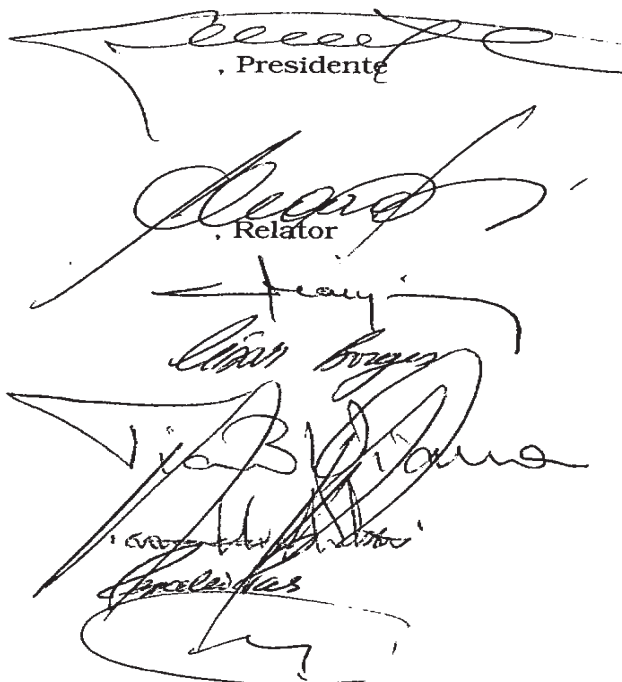
Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 191, de 2008, nos seguintes termos:

“Tendo em vista o flagrante descumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, atestado pelo Tribunal de Contas da União, solicite-se ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as seguintes informações:

1) De 2000 a 2007, qual foi o montante anual dos recursos destinados à irrigação no Orçamento da União, e quanto foi efetivamente destinado à região Centro-Oeste em cada ano?

2) De 2000 a 2007, qual foi a destinação dos recursos que deveriam ser aplicados na irrigação da região Centro-Oeste?"

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.



Handwritten signatures of the President and Relator of the Commission.

#### PARECER Nº 1.010, DE 2008

**Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 784, de 2008, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre os orçamentos e a divulgação das linhas de crédito de bancos públicos para microempresas e empresas de pequeno porte.**

Relator: Senador **Magno Malta**

#### I – Relatório

O Senador Adelmir Santana, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou à Mesa o Requerimento nº 784, de 2008, no qual solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações acerca dos orçamentos das linhas de créditos dos bancos públicos para as pequenas empresas e sobre os esforços para divulgação dessas linhas de crédito.

Segundo o autor, as microempresas e empresas de pequeno porte, fundamentais para a geração de emprego e renda, têm dificuldade de acesso ao crédito privado e as informações solicitadas visam à fiscalização do cumprimento do disposto na Lei Complementar

nº 123, de 2006, que determina, em seu art. 58, que os bancos públicos orem e divulguem amplamente suas linhas de crédito para pequenas empresas.

#### II – Análise

O requerimento encontra amparo no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sendo adequado seu encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda, uma vez que os bancos públicos federais estão subordinados a esse ministério.

As informações não envolvem operações financeiras ativas e passivas, definidas na Lei Complementar nº 105, de 2001, e, portanto, não se enquadram entre as sujeitas ao sigilo bancário, disciplinadas na referida lei. Assim, nos termos do art. 215, I, a, o requerimento depende de decisão da Mesa.

A proposição atende também ao art. 216, I, do RISF quanto a sua admissibilidade, visto que as informações solicitadas são necessárias à execução da competência fiscalizadora do Senado. Obedece, ainda, ao inciso II do mesmo artigo do Regimento Interno, pois não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

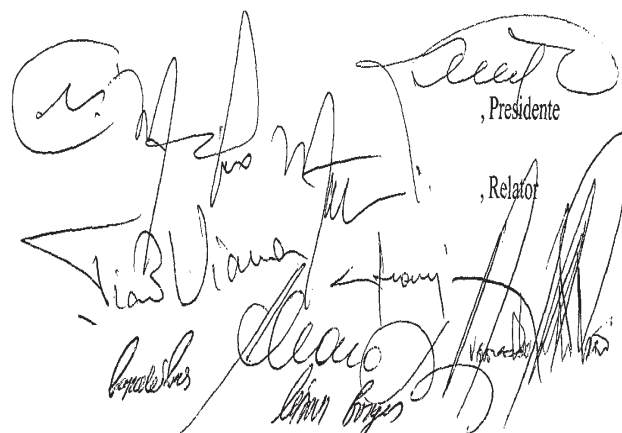
O requerimento conforma-se ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, especialmente o § 2º do art. 1º, pois as informações requeridas possuem relação estreita com o assunto que se pretende esclarecer.

Em suma, a proposição em exame atende os dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os requerimentos de informações a autoridades do Poder Executivo.

#### III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pelo encaminhamento do Requerimento nº 784, de 2008, ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.



Handwritten signatures of the President and Relator of the Commission.



**PARECER Nº 1.011, DE 2008**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 790, de 2008.**

**Relator: Senador Efraim Moraes**

**I – Relatório**

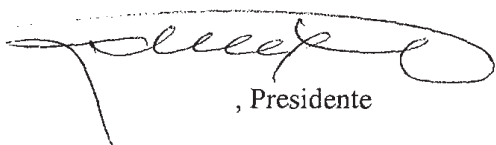
O Requerimento nº 790, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Defesa que preste informações sobre “a atuação das Forças Armadas nas áreas conflagradas do estado do Rio de Janeiro, notadamente no Morro da Previdência”.

O nobre parlamentar sustenta que a utilização de tropas do Exército para apoiar projeto de natureza particular e o episódio da morte de três moradores justificam o pedido, assim como importa esclarecer “por que não foram respeitados os alertas para os riscos da participação militar no projeto, prevalecendo a decisão de dar continuidade a essa ação”.

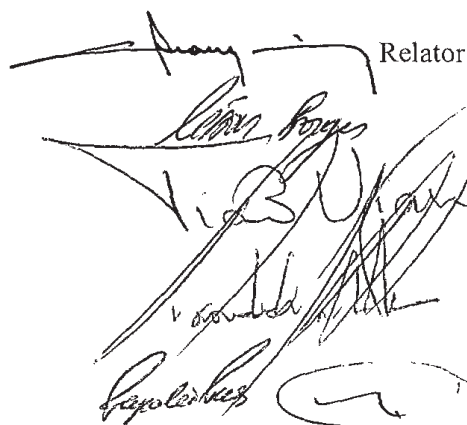
**II – Voto**

Considerando que o Requerimento nº 790, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 790, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.



, Presidente



Relator

**PARECER Nº 1.012, DE 2008**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o  
Requerimento nº 795, de 2008.**

**Relator: Senador Magno Malta**

**I – Relatório**

O Senador Efraim Moraes, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações acerca de desfalque que teria ocorrido na Agência da Caixa Econômica Federal do Manaíra Shopping, em João Pessoa, Paraíba, prejudicando vários correntistas.

Especificamente, formula as seguintes questões:

1. Foi mesmo o Gerente Henrique o responsável pelo desfalque?
2. Ele cometeu o crime sozinho ou teve ajuda de algum outro funcionário?
3. De quanto foi o desfalque e quantos correntistas foram lesados?
4. Quando e de que forma os correntistas serão ressarcidos?
5. Como, quando e por quem o desfalque foi descoberto?
6. Quais as medidas tomadas pela CEF assim que o desfalque foi descoberto?
7. Com que periodicidade as agências da CEF na Paraíba são auditadas ou inspecionadas?
8. Remeter cópia das últimas três inspeções ou auditorias realizadas na agência Manaíra Shopping.
9. Já houve caso semelhante a esse em alguma agência da CEF na Paraíba? Se positivo, quando, onde, qual o montante desviado, o número de clientes lesados, se todos foram ressarcidos, as providências tomadas e as pessoas punidas.
10. Quando o Sr. Henrique foi nomeado para a gerência da agência e em que períodos gozou férias?
11. Remessa de cópia da ficha funcional do Sr. Henrique.
12. A superintendência da CEF na Paraíba ou algum de seus auxiliares tomou conhecimento de que o Sr. Henrique, em exercício na gerência da citada agência, recebeu tratamento psiquiátrico?

13. Em que data foi publicada a exoneração do Sr. Henrique da gerência da agência Manaíra?

14. O Sr. Henrique, após a sua exoneração, foi afastado preventivamente de suas funções ou continuou atendendo a clientes nas dependências da agência Manaíra?

15. Após a saída do Sr. Henrique, a agência Manaíra foi auditada? Quem são os auditores? Qual o órgão em que os auditores estão lotados? Qual a data de início da auditoria e a previsão de término? Remessa de cópia do Termo Inicial ou equivalente dessa auditoria.

O ilustre Senador justifica a iniciativa com base em notícias veiculadas pela imprensa paraibana e queixas encaminhadas a ele próprio por correntistas da agência em questão, dando conta do suposto desfalque.

## II – Análise

O Requerimento atende ao que determina a Constituição Federal. A proposição também está em consonância com o que estabelece o art. 216 do Regimento Interno desta Casa e as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Este último diploma regulamenta a apresentação e tramitação de matéria dessa natureza. Além disso, vale notar que o art. 217 do RISF equipara os pedidos de remessa de documentos aos de informação.

Entretanto, algumas das perguntas específicas apresentadas se mostram, salvo melhor juízo, em desacordo com as referidas normas regimentais. De fato, conforme o § 2º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer. Dessa forma, não parecem cabíveis as questões números 10, 11, 12, 13 e 14, que inquiram sobre a vida funcional do gerente que supostamente teria promovido o desfalque.

Adicionalmente, o art. 2º, inciso I, do mesmo Ato da Mesa nº 1, de 2001, determina que o requerimento de informação não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre o propósito da autoridade a quem é dirigido (ênfase adicionada). Nesse sentido, parece-nos que a questão de número 9, em princípio, extrapolaria o mandato regimental.

Além disso, o Senador pede informações sobre uma investigação policial e sobre auditorias recentes de uma agência da Caixa. Ambas envolvem contratos de empréstimos, dívidas, etc., ou seja, as respostas ao pedido de informação podem mencionar informações protegidas por sigilo bancário, conforme disciplina a Lei Complementar nº 105, de 2001. Conseqüentemente a

matéria não poderia ser deliberada no âmbito da Mesa, mas sim submetida à CCJ, nos termos da Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Quanto ao mérito, conforme a Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional, “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.” (cf. art. 49, X, da CF). Da mesma forma, tem a atribuição constitucional de dispor sobre matérias financeira, cambial e monetária, assim como as relativas às instituições financeiras e suas operações.

Assim, tanto para a elaboração de proposições legislativas quanto para o exercício do controle e fiscalização, é indispensável a obtenção de informações abrangentes e atualizadas sobre atos do Poder Executivo.

Ademais, a Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Logo, a solicitação guarda vinculação com a função fiscalizadora do Senado Federal, assim como se dirige a quem cabe respondê-la.

## III – Voto

Em face do exposto, nosso Parecer é pelo envio do Requerimento nº 795, de 2008, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.

, Presidente

, Relator

**PARECER Nº 1.013, DE 2008**

**Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 802, de 2008, que solicita informações ao Senhor Presidente do Banco Central, acerca das medidas para a redução dos valores das tarifas bancárias praticadas pelo conjunto das instituições bancárias.**

**Relator: Senador Alvaro Dias**

**I – Relatório**

O Senador Renato Casagrande, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou à Mesa o Requerimento nº 802, de 2008, no qual solicita ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil informações acerca das medidas para a redução dos valores das tarifas bancárias praticadas pelo conjunto das instituições bancárias e da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Segundo o autor, o PROCON-SP realizou levantamento de valores de serviços prioritários e pacotes padronizados pelo Banco Central do Brasil cobrados por dez instituições financeiras: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Nossa Caixa, Real, Safra, Santander e Unibanco, tendo apurado diferenças de até 86,67% no caso das tarifas para o pacote padronizado para pessoas físicas, a partir de 30 de abril de 2008.

No caso da cobrança de tarifa para renovação de cadastro, o PROCON identificou aumentos que variaram entre 156,41% e 433,33%. De acordo com a pesquisa, em 70% da amostra, o serviço que antes era cobrado anualmente, passou a ser cobrado semestralmente. A conclusão do PROCON é que a falta de clareza e uniformidade de terminologia dos produtos e serviços bancários, a multiplicidade de forma de cobrança das tarifas e a falta de informações claras e precisas por parte dos bancos representam grande obstáculo para o consumidor.

**II – Análise**

O requerimento encontra amparo no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 8º, §1º, III, e 25 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, que atribuiu ao Presidente do Banco Central do Brasil o status de Ministro de Estado, sendo adequado seu encaminhamento na forma do requerimento.

As informações não envolvem operações financeiras ativas e passivas, definidas na Lei Complementar nº 105, de 2001, e, portanto, não se enquadram entre as sujeitas ao sigilo bancário, disciplinadas na referida lei. Assim, nos termos do art. 215, I, a, o requerimento depende de decisão da Mesa.

A proposição atende também ao art. 216, I, do RISF quanto a sua admissibilidade, visto que as informações solicitadas são necessárias à execução da competência fiscalizadora do Senado. Obedece, ainda, ao inciso II do mesmo artigo do Regimento Interno, pois não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

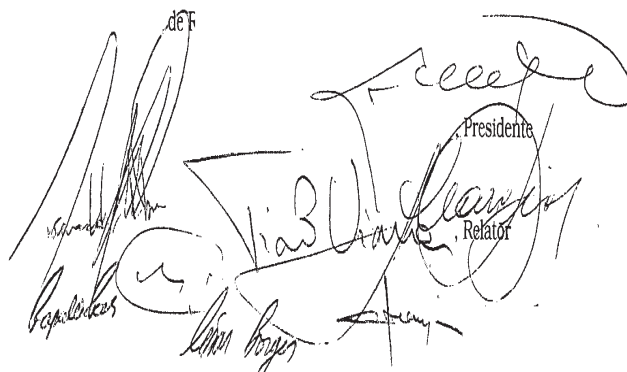
O requerimento conforma-se ao que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, especialmente o § 2º do art. 1º, pois as informações requeridas possuem relação estreita com o assunto que se pretende esclarecer.

Em suma, a proposição em exame atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os requerimentos de informações a autoridades do Poder Executivo.

**III – Voto**

Do exposto, votamos pelo encaminhamento do Requerimento nº 802, de 2008, ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.



Handwritten signatures of the President of the Senate and the Reporter. The President's signature is on the right, and the Reporter's signature is on the left. The text "Presidente" and "Relator" are written next to their respective signatures.

**PARECER Nº 1.014, DE 2008**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre Requerimento nº 905, de 2008 do Senador César Borges, que solicita ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o Plano de Desenvolvimento e do Agronegócio na região Cacaueira.**

**Relator: Senador Alvaro Dias**

**I – Relatório**

O Requerimento nº 905, de 2008, de autoria do Senador César Borges solicita ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações detalhadas sobre o andamento e a programação das ações e da previsão de gastos regionais do Plano de Desenvolvimento e do Agronegócio na região Cacaueira, denominado de PAC do Cacau.

Justificou o Senador César Borges que, em maio de 2008, após o lançamento oficial, em Ilhéus – BA, do PAC do Cacau, solicitou por intermédio de ofício ao Sr. Ministro da Agricultura, informações atualizadas e detalhadas a respeito do assunto. No entanto, recebeu apenas a resposta, insatisfatória, de que a assessoria do Ministério estava analisando a solicitação, e por essa razão, decidiu o senador formalizar o Requerimento em questão.

## II – Análise

O Requerimento em evidência encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais e regimentais atinentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Do mesmo modo, o Requerimento preenche os requisitos de admissibilidade constantes do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estando dirigido à autoridade ministerial competente, referido a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora.

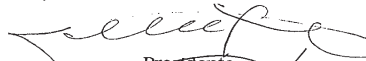
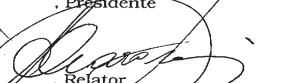
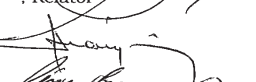


Em termos do conteúdo, o requerimento solicita um conjunto de informações que dizem respeito ao andamento e à programação das ações e da previsão de gastos regionais do Plano de Desenvolvimento e do Agronegócio na região Cacaueira, denominado de PAC do Cacau.

As últimas resoluções do Conselho Monetário Nacional, números 3.502 e 3.524, de 2007, apresentam as alterações mais recentes nas normas vigentes do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, mas não se tem a divulgação pelo Governo dos gastos realizados e dos resultados alcançados até o momento.

## III – Voto

Não havendo óbice de qualquer natureza, o voto é pelo encaminhamento das questões suscitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.

  
Presidente  
  
Relator  
  
César Borges  
  
Viçente  
  
[Signature]

  
César Borges

## PARECER Nº 1.015, DE 2008

### Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 908 de 2008.

Relator: Senador Efraim Morais

## I – Relatório


O Requerimento nº 908, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações acerca dos sinais de televisão emitidos pelos países membros do Mercosul.

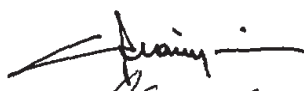
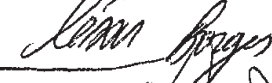





Deseja a Nobre Senadora conhecer os motivos pelos quais o território brasileiro, principalmente as regiões componentes da área legal da faixa de fronteira, não terem acesso aos sinais de televisão emitidos pelos demais países membros do Mercosul.

## II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 908, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.

  
Presidente

  
Efraim Morais, Relator  
  
César Borges  
  
Viçente  
  
[Signature]  
  
[Signature]  
  
[Signature]  
  
[Signature]



**PARECER Nº 1.016, DE 2008**

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 936, de 2008, que solicita ao Ministro de Estado da Previdência Social informações sobre a cobrança de valores devidos ao INSS.**

Relator: Senador **Tião Viana**

**I – Relatório**

O Senador Expedito Júnior, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso I, alínea **a** do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 936, de 2008, no qual solicita sejam encaminhadas pelo Ministro de Estado da Previdência Social as seguintes informações sobre a cobrança de valores devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS):

- 1) a relação dos trezentos maiores devedores da Previdência Social, discriminando-os entre os do setor público e do setor privado;
- 2) os procedimentos que têm sido adotados em relação ao acompanhamento da situação econômico-financeira e patrimonial dos devedores relacionados acima;
- 3) os procedimentos que têm sido adotados para a cobrança e o recebimento efetivo dos valores devidos;
- 4) as sanções e restrições que são aplicadas aos devedores;
- 5) as dificuldades apresentadas no processo de recuperação dos valores;
- 6) a proporção de devedores do INSS que estão registrados no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN); e
- 7) quais as razões para que a totalidade de devedores não esteja cadastrada no referido Cadin.

O autor baseia a proposição na competência e no dever do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, o que requer amplo acesso a informações relacionadas aos atos fiscalizados.

Informa que tomou conhecimento do Acórdão nº 86, de 30 de janeiro de 2008, do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), que registrou o acompa-

nhamento da listagem devedores do INSS no exercício de 2005. Segundo o TCU, naquele ano os créditos do Instituto cresceram 24,3% em relação a 2004, alcançando a cifra de R\$252 bilhões, o que representava 244% da receita anual do INSS. Desse total, continua o autor, R\$119 bilhões estavam em âmbito administrativo e R\$133 bilhões em âmbito judicial.

O TCU também verificou que 81,6% dos créditos eram do setor privado e os restantes 18,2% do setor público. Além disso, em 2005, a recuperação de créditos foi de apenas 2,1% e os mil maiores devedores, que correspondiam a 0,1% do total de devedores, eram responsáveis por 50,43% do total de créditos.

Conclui o Senador Expedito Júnior, afirmando que, em face da importância dos recursos da Previdência Social para a sociedade, é essencial que o Poder Executivo esclareça o que vem sendo feito em relação à questão da recuperação dos créditos previdenciários.

**II – Análise**

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na hora do expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

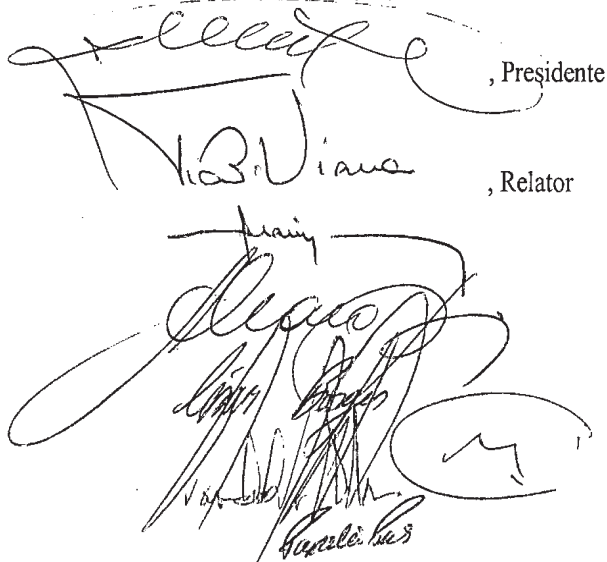
.....

Os questionamentos formulados não se referem a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 936, de 2008, enquadra-se, portanto, no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

**III – Voto**

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 936, de 2008.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 2008.



, Presidente

, Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldemir Santana. DEM – DF) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em Reunião realizada em 9 de setembro do corrente, os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios: nºs 190, 191, 784, 790, 795, 802, 905, 908 e 936, de 2008.

Comunica, ainda, que o Requerimento nº 795, de 2008, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Tendo em vista a aprovação dos Requerimentos nºs 190 e 191, de 2008, fica interrompida a tramitação do Aviso nº 27, de 2006 (SF), nos termos do inciso IV do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Aldemir Santana. DEM – DF) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal, em sua reunião realizada em 9 de setembro de 2008, aprovou os seguintes Requerimentos:

- Requerimento nº 711, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 131, de

2007 e 78, de 2008. As matérias vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Econômicos.

- Requerimento nº 896, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 271, de 2008, e 91, de 2003. As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.
- Requerimento nº 915, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 234 e 241, de 2004, e 100, de 2005. As matérias, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- Requerimento nº 916, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 19, de 2001; 239, 278, 279, 331 e 419, de 2005; 11, 57 e 205, de 2006; 157, 285 e 687, de 2007; e 215, de 2008. As matérias, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
- Requerimento nº 1.054, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 397, de 2005 – Complementares; 66 e 72, de 2008 – Complementares; e 298 e 414, de 2007 – Complementares. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Econômicos.
- Requerimento nº 1.062, de 2008, de tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007 e do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2007 – Complementares. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Adelmir Santana. DEM – DF) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, agradecendo a todos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 1 minuto.)*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

N.º 1980 , de 2008

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º. 008229/90-2 e anexos,*

*RESOLVE, fundamentado no art. 7º da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, por perda da qualidade de beneficiária por ter falecido, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a VIRGINIA FERREIRA DOS SANTOS, na condição de filha, e nos termos do art. 7º da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, reverter a referida cota cancelada para SHEILA ALVES DOS SANTOS, na condição de filha, alterando a cota da pensão temporária de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), e manter a pensão vitalícia concedida a ANTONIA DOS SANTOS, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), conforme Título Concessório às fls. 86, de 10/11/1993, dos proventos que percebia o ex-servidor JOAQUIM DOS SANTOS, matrícula 118440, a partir da data do falecimento da pensionista, 14/06/2008.*

*Senado Federal, 24 de setembro de 2008.*

  
**JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO**  
Diretor-Geral Adjunto

## ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1981 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010936/89-0.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente do Senado Federal nº 207, de 1989, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **JOSÉ RIBAMAR DE BARROS NUNES**, Consultor Legislativo, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 20 de março de 2002, **em caráter permanente**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 24 de setembro de 2008.



**JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO**  
Diretor-Geral Adjunto



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 1982 , de 2008**

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 011735/05-8 e anexo;*

*RESOLVE, fundamentado no inciso I, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiária por ter falecido, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão vitalícia concedida a MARIA EBY DE VASCONCELOS, na condição de ex-esposa pensionada, e nos termos do art. 223, inciso I, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para EDIJANE DO ROSÁRIO BARRETO, na condição de companheira, alterando a cota da pensão vitalícia de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor ELEOTÉRIO RODRIGUES, matrícula 6881-ERGON, a partir da data do falecimento da pensionista, 25/06/2008.*

*Senado Federal, 24 de setembro de 2008.*

  
**JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO**  
Diretor-Geral Adjunto

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Roseana Sarney\*  
**PTB** - Eptácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Maioria-PMDB** - José Maranhão\*  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**Maioria-PMDB** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Casildo Maldaner\*\* (S)

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Ada Mello\*\* (S)

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**PSC** - Virgínio de Carvalho\*\* (S)

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Bloco-PT** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**Bloco-PT** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valter Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PR** - Expedito Júnior\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Maioria-PMDB** - Leomar Quintanilha\*  
**Minoria-DEM** - Marco Antônio Costa\*\* (S)

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Gilvam Borges\*  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(16)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(8)</sup>  
**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final prorrogado:** 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(14)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) <sup>(11)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(9)</sup></b>	
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(13)</sup>	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2,6)</sup>	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) <sup>(3,12,17)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (AM) <sup>(15)</sup>	

**PDT/PSOL** <sup>(10)</sup>

1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176



## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final prorrogado:** 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) <sup>(1)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

### Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
	1.
	2.
<b>PTB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

**Número de membros:** 5

**Leitura:** 05/03/2008

#### TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

**Notas:**

1. (DEM)

## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

**Finalidade:** Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Pedro

**RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro

**Leitura:** 25/03/2008

**Instalação:** 10/04/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma



### **3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

**Número de membros: 9**

**COORDENADOR:** Hamilton Carvalhido

**RELATOR-GERAL:** Eugenio Pacelli de Oliveira

**Leitura:** 25/03/2008

**Designação:** 01/07/2008

---

#### **MEMBROS**

---

---

Antonio Corrêa

---

Antonio Magalhães Gomes Filho

---

Eugenio Pacelli de Oliveira

---

Fabiano Augusto Martins Silveira

---

Félix Valois Coelho Júnior

---

Hamilton Carvalhido

---

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

---

Sandro Torres Avelar

---

Tito Souza do Amaral

---

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ**

**Finalidade:** Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

**Número de membros: 3**

**Leitura:** 03/04/2008

**TITULARES****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )****Maioria ( PMDB )**

Senador José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA**

**Finalidade:** Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 3

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

---

### **TITULARES**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )**

---

Senador João Pedro (PT)

---

#### **Maioria ( PMDB )**

---

---

#### **PSDB**

---

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo final:** 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,12)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB) <sup>(6)</sup>
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(10)</sup>	6. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi <sup>(9)</sup>

Gim Argello	2.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
<b>PDT PMDB PSDB <sup>(1)</sup></b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL****Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA**

**Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>	1. João Tenório (PSDB) <sup>(2)</sup>
Osmar Dias (PDT) <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



#### 1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

**Finalidade:** Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

**RELATOR:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516

**Fax:** 3311-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO <sup>(12)</sup>
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(10)</sup>	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(8)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(5,9)</sup>	1. <sup>(11)</sup>
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
11. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
12. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3515

**Fax:** 3311-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
<b>Maioria (PMDB) e PDT</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
<b>Majoria (PMDB) e PDT</b>	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

**Secretário(a):** Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(13)</sup>
Marina Silva (PT) <sup>(8)</sup>	2. Francisco Dornelles (PP) <sup>(1,12,13)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) <sup>(13,14)</sup>
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(7,15)</sup>	6. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(11)</sup>	4. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3)</sup>
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) <sup>(6)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
<b>PDT</b>	
Osmar Dias <sup>(10)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(9)</sup>

**Notas:**

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3311-3972

**Fax:** 3311-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (3)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (15)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Marco Antônio Costa (DEM) (14)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

**Notas:**

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(5)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) <sup>(7)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shlessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,11)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO <sup>(3)</sup>
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(9)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(10)</sup>	5. Papaléo Paes (PSDB) <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1.

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

**Finalidade:** Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marina Silva (PT-AC)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Marina Silva (PT) <sup>(1)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

**Notas:**

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(8)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) <sup>(12)</sup>
Patrícia Saboya (PDT) <sup>(5)</sup>	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(11,13)</sup>	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
César Borges (PR) <sup>(4)</sup>	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(6)</sup>	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(10)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) <sup>(3,7)</sup>	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(9)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

### Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>	2. Patrícia Saboya (PDT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) <sup>(11)</sup>
	6. Francisco Dornelles (PP)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(8,13)</sup>
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) <sup>(4)</sup>
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) <sup>(1)</sup>
Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(7)</sup>	3. Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(12)</sup>
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(6)</sup>
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(14)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia <sup>(9)</sup>

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
14. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3311-3496

**Fax:** 3311-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME  
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,5)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(4)</sup>

**Notas:**

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
5. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO  
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) <sup>(3,6)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(8)</sup>
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,9)</sup>	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PTB <sup>(4)</sup></b>	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
<b>PDT</b>	
João Durval	1.

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).  
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.  
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).  
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calhao

**Telefone(s):** 3311-4607

**Fax:** 3311-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) (4)</b>	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
<b>PTB (6)</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO <sup>(5,7)</sup>
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) <sup>(1)</sup>
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(8)</sup>
Marco Antônio Costa (DEM) <sup>(9)</sup>	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
<b>PTB <sup>(6)</sup></b>	
VAGO <sup>(10)</sup>	1.
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(4)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) <sup>(5,8)</sup>	3. Gim Argello (PTB) <sup>(6,7)</sup>
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) <sup>(4)</sup>	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PTB <sup>(3)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi	1.
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1.

## Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS****Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Romeu Tuma (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/10/2007

**Notas:**

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO**  
**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260  
**E-mail:** scop@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP )</b>	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) <sup>(6)</sup>	2. Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(4)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) <sup>(2)</sup>
João Vicente Claudino (PTB-PI) <sup>(1)</sup>	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
<b>Maioria ( PMDB )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) <sup>(7)</sup>	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) <sup>(11)</sup>
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(13)</sup>
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10)</sup>
Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(12)</sup>	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(14)</sup>	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Romeu Tuma (PTB/SP) <sup>(8)</sup>	

**Atualização:** 19/07/2008

#### Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(1)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
<b>PSOL</b>

**Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

### COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)  
Vice-Presidente: Deputado George Hilton<sup>2</sup> (PP-MG)  
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz<sup>2</sup> (PSDB – RS)

#### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

#### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) <sup>5</sup>
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

## COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.



## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

### COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>2</sup>**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

---

<sup>2</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (PR-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Senado Federal – Anexo II - Térreo**  
**Telefones: 3311-4561 e 3311-5258**  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



**EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS**